



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 76

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 29 de novembro de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva e Deputado Jorge Jorge*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Dando continuidade ao debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XI – “Plano Anual Regional para 2019 e Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XI – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2019”**, usaram da palavra os/as Srs./Sras. Deputados Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), Marta Couto (*PS*), António Almeida (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*), José San-Bento (*PS*), Mónica Rocha (*PS*), Tiago Branco (*PS*), João Paulo Ávila (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Florestas (*João Ponte*), Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e Adjunto da Presidência para as Relações Externas (*Rui Bettencourt*).

Encerrado o debate, passou-se para as intervenções finais usando da palavra para o efeito os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Luís Maurício (*PSD*),

André Bradford (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Vasco Cordeiro*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 12 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Agradecia ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Secretario: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Marta Ávila **Matos**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima de **Sousa**

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Mónica Reis Simões Seidi

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal Lima

Jorge Miguel Azevedo Paiva

Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio de Sousa Mendes

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Estávamos nas intervenções de tribuna sobre o tema da energia, ambiente e turismo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com o início da 2.^a metade desta legislatura é tempo de refletir sobre os resultados dos últimos 2 anos, face as promessas efetuadas, exercício que nos permitirá ajuizar, com maior rigor, sobre o mérito da documentação em apreciação.

E a verdade é que esse exercício nos sectores da Energia e do Ambiente, denuncia de forma inequívoca a enorme falta de credibilidade destes documentos.

O sector da Energia continua, infelizmente, sujeito a um grande desnorte.

Façamos um balanço, olhando para o cumprimento das promessas em matéria de Energia. O Relatório de Execução Financeira Anual de 2017 mostra que nesse ano ao nível da Eficiência Energética, aquela que é sucessivamente apontada como uma aposta e uma prioridade deste Governo, a execução foi de apenas 35,8%. Ficaram pelo caminho praticamente 775 mil euros de promessas. No caso da mobilidade elétrica, outro grande pilar estratégico sucessivamente apregoado continuamente por este Governo, ficaram por executar 250 mil euros, ou seja, a totalidade da dotação. Aqui a execução foi de 0%! Um verdadeiro feito!

Esse zero, como diria um certo Ministro, é o que valem, portanto, as sucessivas promessas e garantias da Senhora Secretária em matéria de Energia.

Mas vejamos com mais pormenor uma das grandes garantias da Senhora Secretária e o flop colossal que a acompanha.

A Estratégia Açoriana para a Energia 2030, já esteve prevista para 2017, para 2018, e surge novamente na proposta de Plano Regional Anual para 2019.

Todos os anos a senhora secretária vem dar a garantia de que desta é que é. Parece a história do Pedro e do Lobo.

Sem nada para mostrar, o Governo usou recentemente um documento interno para apresentar publicamente como sendo o “ponto de partida para a reflexão” para aquela que será a Estratégia Açoriana para a Energia.

Sem lobo para mostrar, Pedro mostrou um cão.

A justificação da elaboração do documento em questão, segundo os seus autores, prendeu-se com o facto da Comunidade da Energia a ter de resistir à tentação de impor o seu modelo, a sua linguagem e a sua forma de pensar aos não especialistas, ou seja, aos cidadãos.

De repente, em matéria de Energia, escutar previamente os cidadãos é algo importante, coisa que não era há pouco mais de 1 mês quando se tornou público o Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores.

Temos um Governo Regional que nem conseguiu sequer elaborar em 2 anos uma estratégia para a Energia, mas que quer que acreditemos que em cerca de 10 anos conseguirá reorganizar o sector energético regional de modo a compatibilizar a coexistência da nossa empresa elétrica regional com um sistema sólido de consumidores-produtores. Fala-se no advento do armazenamento descentralizado, onde muitos consumidores produzem e gerem a sua energia.

Deputado Carlos Silva (PS): E as propostas, onde é que estão?

A Oradora: Este Governo quer fazer acreditar que numa Região onde uma percentagem significativa dos agregados familiares vive com menos de 500 euros por mês a preocupação será, não o ter o suficiente para comer, mas sim produzir e gerir energia.

Pedro insiste que viu o lobo e, como se não bastasse, insiste que o lobo vestia Prada.

Mas o cúmulo do desnorre da ideia deste documento reside nas ideias irrealistas e futuristas. Para uma Estratégia com horizonte temporal 2020-2030 chega-se ao ridículo de considerar necessário visitar o transporte de energia elétrica, por cabo, entre ilhas.

Esta necessidade surge mesmo após uma experiência malsucedida e após dois estudos que determinam “elevadas probabilidades de falha”. Pedro simplesmente não aprende.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em matéria de Ambiente gira o disco e toca o mesmo.

Também nesta área sectorial as propostas pecam por falta de concretização e, bem assim, por falta de credibilidade.

Ao nível da Qualidade Ambiental, rúbrica onde se incluem entre muitas outras questões os equipamentos, instalações e operações dos centros de processamento de resíduos, a execução de 66% em 2017 não deixa dúvidas de que muito ficou por fazer. Foi cerca de 1 milhão e 500 mil euros de promessas que ficaram por executar.

O PSD/Açores denunciou a precária e ineficaz fiscalização e acompanhamento por parte das autoridades à atividade dos Centros de Processamento de Resíduos; denunciou a falta de credibilidade dos dados estatísticos de produção e gestão de resíduos na Região e solicitou esclarecimentos em agosto deste ano sobre essas matérias. Continuamos, infelizmente, à espera de respostas.

O Governo e a bancada parlamentar do Partido que o suporta já admitiram que há, efetivamente, trabalho a fazer nesta matéria, mas usam dados estatísticos pouco credíveis para mostrar obra.

Pedro admite que mais ninguém vê o lobo e inventa pegadas.

Na Conservação da Natureza, os Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e das Reservas da Biosfera, vêm sendo prometidos desde 2011, mas, também eles não passam de lobos que Pedro garante ter visto.

Referiu recentemente Pedro que agora tudo leva a crer que consigam cumprir a meta de concluir esses Planos no primeiro semestre de 2019.

Pedro parece sofrer de um caso grave de mitomania e já não distingue a verdade das mentiras que inventa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: As cartas de desporto de natureza e a elaboração da “estratégia de gestão e controlo das espécies exóticas e invasoras” são outros lobos que Pedro garante ter visto, lobos que não saem da toca.

Nestas matérias ficaram pelo caminho quase 3 milhões de euros, mas prega-se que se gastam 500 mil euros por ano no combate às espécies exóticas e invasoras.

Nos Recursos Hídricos, em 2017 ficaram por executar mais de 3 milhões de euros. Ainda assim continuamos a ter localidades em que a população não é abastecida por água tratada, continuamos a ter localidades em cursos que não existem sistemas de saneamento e tratamento de águas residuais e a ter localidades em que existem descargas diretas de esgotos para ribeiras e grotas.

No Ordenamento do Território a execução em 2017 foi de 42%. Ficaram por executar cerca de 700 mil euros, mas continuamos sem cadastro predial em grande parte do território, com todas as implicações negativas que isso acarreta.

Pedro pode, pois, vir dizer o que quiser, dirá certamente que a culpa é de quem não vê o lobo,...

Deputado Manuel Pereira (PS): O lobo está na toca!

A Oradora: ... mas não interessa, já ninguém acredita no Pedro.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José Contente (PS): Sra. Deputada, a história até melhorou!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições. Julgo não haver.

Vamos também passar para a última intervenção. Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Exma. Senhora Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores são o Ambiente que nos rodeia e é esse mesmo Ambiente que dá à nossa Região os seus traços mais característicos, que nos têm distinguido e afirmado no exterior como uma das Regiões mais belas e ambientalmente valiosas do Mundo.

Deputado Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: A sustentabilidade ambiental da Região coloca, no contexto em que atualmente nos movemos, desafios que cumpre analisar e aos quais urge responder com espírito de iniciativa e com determinação e vontade inabaláveis de nos projetarmos para o futuro, salvaguardando o que representa um dos nossos ativos mais valiosos – o nosso meio ambiente.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: O Plano Regional Anual para 2019 faz por cumprir esses objetivos. Ao analisá-lo, não nos podemos nem devemos cingir a números. Poderíamos dizer só que há um aumento de investimento na ordem dos 5,5% face ao Plano para 2018. Poderíamos dizer só que se verificam aumentos significativos no investimento nas áreas da qualidade ambiental e na conservação da natureza e que nos recursos hídricos está patente o cumprimento de compromissos que agora permitem um enfoque noutras pontos que carecem de atenção, como a requalificação da rede hidrográfica da Região e a implementação dos novos projetos LIFE. Estes são factos.

Mas o que também é facto e que se infere da análise destes documentos é que a distribuição do investimento para 2019 se reveste de uma profunda preocupação com os nossos recursos naturais e com a sua sustentabilidade futura.

Vivemos em tempo de alterações climáticas em que o perigo da negação das mesmas por algumas potências mundiais ensombra todos os dias o esforço que tantos, inclusive a nossa Região, fazem para as mitigar, por exemplo, com o Plano Regional para as Alterações Climáticas, elaborado por este Governo Regional e que se encontra em apreciação nesta Casa. A nossa geração não se encontra, hoje, em condições de ignorar ou errar no que diz respeito a este fenómeno. Não podemos, nem devemos ser perdulários do nosso bem mais valioso, do nosso Ambiente. Impõe-se, assim, na implementação deste Plano para 2019, uma transversalidade desta preocupação na aplicação de todas as ações previstas.

E assim se verifica – com aumentos de investimento na área inspetiva ambiental, com a implementação de um novo sistema de comunicações de emergência do Serviços de Ambiente e com todo o investimento na conservação da natureza e na continuação do prosseguimento de uma política de resíduos que sirva verdadeiramente os Açores e os Açorianos.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A qualidade ambiental é bandeira da nossa Região. É, por isso, uma área em que se tem verificado uma especial sensibilidade e preocupação por parte dos governos do Partido Socialista. Para tal, tem sido líder num labor intenso visando a selagem e requalificação ambiental e paisagística de lixeiras e aterros, adotando instalações e soluções tecnológicas que visam o aumento da valorização dos resíduos em detrimento da sua deposição em aterro, orientado também para o cumprimento dos objetivos estratégicos do PEPGRA e, deste modo, uma vital visão de futuro.

Os Açores são exemplo, também, e desta forma, de uma estratégia baseada na prevenção e redução da produção de resíduos, sendo que no ano transato, a reciclagem e compostagem atingiram o seu maior volume de sempre – 48,6 mil toneladas – um aumento de mais de 6,3 mil toneladas relativamente a 2016. Esta é uma representação do resultado que advém do trabalho do Governo Regional, em conjunto com as autarquias e com uma população cada vez mais conscienciosa da necessidade de proteger e valorizar o que é tão intrinsecamente seu.

É na conservação da Natureza que reside a sustentabilidade dos ecossistemas, património de inegável valor para a nossa Região.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

A Oradora: É de salientar, por este motivo, o aumento de investimento verificado nesta área no Plano para 2019. O sucesso da aposta não só na conservação da Natureza, propriamente dita, mas na obrigatória sensibilização que a esta está adstrita é, orgulhosamente, marca dos governos do Partido Socialista na Região. Para o comprovar temos uma rede de Centros Ambientais, ao serviço do desenvolvimento sustentável dos Açores, que comporta, neste momento, vinte unidades espalhadas pelas 9 ilhas, que registam uma procura crescente e um aumento progressivo de visitantes, estando prevista, e bem, para 2019, uma continuação do investimento neste domínio.

As políticas públicas de conservação da Natureza têm sido um dos vetores orientadores de toda a atuação dos Governos do Partido Socialista, fazendo dos Açores, hoje, um marco diferenciador reconhecido a nível nacional e internacional. Atualmente os Açores têm 123 áreas protegidas, integradas em 9 Parques Naturais, representando aquelas cerca de um quarto do território emerso do arquipélago. Para a salvaguarda destes espaços em muito tem contribuído – e aqui se reconhece com toda a justiça – o trabalho incansável dos

Vigilantes da Natureza que também neste Plano se procurou valorizar, com o aumento previsto do corpo de ativos neste âmbito.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem, Sra. Deputada! Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores são uma das únicas duas regiões do Mundo que possui todas as classificações atribuídas pela UNESCO – somos Património Mundial, temos Reservas da Biosfera, temos Sítios Ramsar e temos Geoparques. A nossa riqueza ambiental é incomensurável e reconhecida pelos diversos e recorrentes galardões que a Região tem recebido aos mais diversos níveis. E somos uma Região em que, claramente, a consciencialização para estas matérias tem sido gradualmente maior. Elaboramos os nossos regulamentos para zonas sensíveis, estão em curso Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha, empenhamo-nos na elaboração de regulamentos de acesso aos espaços naturais das ilhas. Temos um Governo que se preocupa e relativamente ao qual temos que admitir e reconhecer o esforço profícuo de criação de mecanismos articulados de proteção/conservação/sensibilização.

Vivemos num contexto em que os Açores são, hoje, um dos destinos turísticos mais apetecíveis do Mundo. Para tal contribui, inegavelmente, a nossa Natureza e a nossa qualidade ambiental, o que comporta uma responsabilidade acrescida a que, até agora, temos sabido corresponder com serenidade e determinação. Este Plano para 2019 sobre o qual agora nos debruçamos é mais uma representação desse empenho. É com esta postura de seriedade, consciência e incansável dedicação à salvaguarda do nosso bem mais valioso que seremos capazes de, conservando o que é tão nosso, proporcionar ao Mundo respirar também do âmago da nossa alma açoriana – as nossas magníficas lagoas, os nossos portentosos vales, o nosso ar tão puro e esse verde que tanto faz de nós Açores.

Disse.

Deputado Mónica Rocha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições? Não há.

Vamos então avançar para a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Bom dia a todos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate das propostas de Plano de Investimento e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2019 surge quando estamos a meio da presente legislatura.

Foram dois anos de permanente audição do setor, sejam os mais modestos agricultores, as diferentes associações agrícolas, as cooperativas ou as indústrias.

De todos recolhemos contributos válidos para o aperfeiçoamento das nossas políticas e para darmos mais condições de trabalho em cada setor.

Preocupa-nos, sobremaneira, o agricultor que ainda não tem água ou energia elétrica na sua exploração e, no final do mês, não dispõe de um rendimento justo para remunerar o seu trabalho.

Preocupam-nos os caminhos agrícolas que ainda não se apresentam em condições aceitáveis.

Inquieta-nos, ainda, a pouca valorização de algumas produções agrícolas.

É esta ambição de querer fazer sempre mais e melhor que faz a nossa preocupação pelo futuro da agricultura nos Açores, que nos motiva e inspira no trabalho diário, que nos impele na procura dos melhores resultados.

Resultados que têm sido construídos, dia a dia, pelos nossos agricultores, pelas cooperativas e pela agroindústria, com muito trabalho, firmeza e determinação, o que nos permite ter hoje nos Açores uma agricultura robusta, que gera mais rendimentos e está melhor preparada para ultrapassar as dificuldades e as carências que ainda persistem.

É nesta Assembleia Regional e perante os representantes do Povo Açoriano que devemos fazer o balanço da ação do Governo e dos seus resultados no domínio da Agricultura.

Este é o lugar certo!

Este também é o tempo correto de falar a verdade e com rigor aos agricultores e a todos os parceiros do setor.

Ao longo destes últimos 24 meses foi inegável uma retoma dos principais indicadores do setor agrícola na Região.

Senão vejamos:

- A produção de leite cresceu 4%, a produtividade média das explorações aumentou 8% e o preço médio pago ao produtor recuperou 10%;
 - A receita direta da produção de leite cresceu 12%;
 - O volume de negócios das indústrias de laticínios aumentou 7%;
 - A exportação de carne de bovino cresceu 10% e, nos últimos 10 meses, atingiu os 20%, tudo isto com uma recuperação real do preço pago ao produtor;
- Este novo ciclo de crescimento, que se quer duradouro e sustentável, sendo vital para os produtores, reveste-se de grande importância do ponto de vista económico para a Região.

Nunca houve milagres na Agricultura dos Açores.

Prova-o a História e o trabalho multiseccular do nosso Povo!

O que houve e há é muito querer dos agricultores, que nunca baixam os braços face às dificuldades e que contribuem decisivamente para o sucesso da Agricultura nos Açores.

Deputado Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Um trabalho de bons resultados aos mais diferentes níveis, num percurso feito de articulação com os agricultores, as suas associações representativas, cooperativas e agroindústria.

Em resultado desta estreita cooperação, nos últimos 24 meses foi possível ajustar as políticas às necessidades dos agricultores e do setor em geral, dando respostas concretas a múltiplos desafios.

Com relevância política marcante podemos mencionar a:

- Aprovação de 314 projetos de modernização das explorações agrícolas e da agroindústria, num investimento de cerca de 37 milhões de euros;
- Iniciação de mais 65 jovens agricultores na atividade;
- Aprovação de 235 projetos para a reconversão de 350 hectares de vinha;
- Modernização da Rede Regional de Abate, num investimento de 15 milhões de euros;
- Diversificação agrícola em mais 25% nas áreas dedicadas à produção de hortícolas, fruta e flores, ao mesmo tempo que reforçamos em 20% a dotação da ajuda no POSEI;
- Requalificação de mais 70 km de caminhos agrícolas, 680 explorações tiveram acesso a água e 44 a energia elétrica;

Deputado Marco Costa (PSD): Onde?

O Orador: - Aprovação de projetos piloto e de inovação na agroindústria, num investimento cerca um milhão de euros;

- Aprovação pela Comissão Europeia da reprogramação do PRORURAL+, com reforço de cerca de 16 milhões de euros nas medidas de investimento e de pagamentos diretos aos produtores em zonas sujeitas a condicionantes naturais;
- Aperfeiçoamento do programa POSEI, otimizando a afetação de verbas com maior equidade pelas diferentes ajudas, privilegiando as pequenas produções e a sua qualidade;

Se é verdade que estas conquistas e estes resultados são motivo de otimismo e de confiança, esta satisfação não nos faz, contudo, descansar.

Pelo contrário, estimula-nos à ação governativa!

Estes resultados, que muito ajudaram a mudar a face da Agricultura nos Açores, têm que ter sequência no futuro, tirando partido da união de esforços, para o fortalecimento do setor agrícola regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2019 com uma dotação de 62 milhões de euros confirma que a Agricultura é uma prioridade para o Governo dos Açores.

É um bom Plano, com mais investimento público, útil ao setor agrícola e reforçará a confiança dos agricultores.

É um Plano que apresenta novas medidas, melhores propostas e boas soluções ao que ainda tem que ser feito pelos agricultores e pela agroindústria.

O reforço de verbas para investimento significa que temos plena consciência que ainda há importantes desafios a vencer e que todo o investimento feito na Agricultura é altamente reprodutivo.

Se olharmos aos recursos financeiros para o setor agrícola, fixando-nos apenas nas verbas do Plano, estamos a desvirtuar a realidade ou a escondê-la.

Falemos verdade!

A estas verbas temos que acrescer anualmente, 70 milhões de euros do POSEI, mais 50 milhões do PRORURAL+ e ainda o VITIS, que, nos últimos dois anos foi de nove milhões de euros.

Recursos que, alavancados pelas políticas do Governo Regional, permitirão melhorar as condições de trabalho dos agricultores...

Deputado Marco Costa (PSD): Vocês têm zero euros no orçamento da Região!

O Orador: ... e ajudar a indústria a acrescentar valor às suas produções, investindo em novos produtos e novos mercados.

São recursos imprescindíveis para construir, dia a dia, uma agricultura cada vez mais sustentável e que capte as novas gerações, sendo compensadora e atrativa.

As intervenções em caminhos agrícolas, abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica às explorações, que crescem 9%, são essenciais para melhorar as condições de trabalho e reduzir os custos de produção.

Serão requalificados 58 km de caminhos e construídos 27 km de redes de água.

Vamos abrir, dentro de dias, um aviso no PRORURAL+, com uma dotação de 1,5 milhões de euros, para cofinanciar projetos de investimento para o armazenamento de água nas explorações agrícolas como medida preventiva e de alcance futuro.

No próximo ano ficarão concluídos os planos de ação para avaliar as necessidades hídricas nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Graciosa, São Jorge e Pico ao nível de abastecimento à pecuária.

Também nesta matéria não estamos a trabalhar sozinhos.

Autarquias, associações agrícolas e técnicos especialistas em Hidrologia são nossos parceiros na definição de medidas concretas que acautelem a problemática das alterações climáticas.

Vamos eletrificar mais quatro dezenas de salas de ordenha, permitindo assim alargar os 40% do leite já refrigerado nas explorações da Região, com impacto muito positivo no rendimento dos agricultores.

Aprofundando o desafio da qualidade, temos que concentrar as nossas energias nos mercados.

Estar atentos às tendências de consumo, apostar na inovação, potenciar e transformar em oportunidades a sustentabilidade ambiental, lançando produtos diferenciados com maior valor acrescentado,...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador ... são objetivos permanentes, em que todos nos devemos empenhar para alcançá-los.

Em curso estão já vários projetos inovadores, seja na produção de leite diferenciado ou biológico, o que permitirá alavancar e destacar a qualidade dos produtos locais, salientando as condições eco-ambientais dos Açores.

Em 2019 será concluído o Plano Estratégico dos Lacticínios dos Açores, que ajudará a reforçar a promoção e a comercialização dos produtos lácteos, intensificando a exportação.

O Centro Açoriano de Leite e Lacticínios (CALL), levará a cabo ações de promoção no Canadá e concluirá um estudo comparativo do leite dos Açores e o processo de reconhecimento da qualidade da manteiga dos Açores como DOP.

Todas essas medidas têm como objetivo único o reforço da competitividade da fileira do leite.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Importa-nos, sobremaneira, o progresso, a modernização das infraestruturas, a eficiência, a capacidade competitiva das nossas empresas agrícolas e da agroindústria nos variados espaços ou mercados, sejam regionais ou europeus.

Neste sentido, gostaria de dar nota de medidas do Plano de 2019 que darão um contributo muito expressivo para atingirmos, no mais curto espaço de tempo, aqueles objetivos estratégicos.

Aprovaremos 18 milhões de euros de novos projetos de modernização das explorações agrícolas e da agroindústria, gerando postos de trabalho sustentáveis.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

O Orador: Iremos garantir a instalação de mais 30 jovens agricultores, assegurando o necessário rejuvenescimento, condição indispensável para a sustentabilidade da agricultura.

Faremos um novo aviso do VITIS, alargando o período de obrigação da manutenção da cultura.

Vamos por em execução o Plano Estratégico da Agricultura Biológica com o objetivo de expandir as áreas de produção e a oferta de produtos agrícolas e agroalimentares, com benefícios ambientais, de saúde e também como uma oportunidade de valorização das produções.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Concluiremos um conjunto de estudos estratégicos quanto ao rumo que queremos para o futuro, em áreas como a horticultura, a fruticultura ou a apicultura.

Lançaremos um novo programa de apoio à modernização da agricultura e florestas, o PROAMAF+, que cofinanciará projetos de investimento até 10 mil euros.

Será criado o Programa de Apoio à Formação de Jovens Agricultores - FORJAGRI, que participará a formação específica dos jovens agricultores na gestão técnico-económica das explorações agrícolas.

Lançaremos o programa i9AGRI, que cofinanciará a introdução de práticas inovadoras nas explorações agrícolas, como seja a aquisição de software para gestão e manejo, diminuição dos custos de produção e melhoria da produção própria de forragens.

Será concretizado o projeto para o matadouro da ilha de São Jorge e alargaremos a certificação das infraestruturas que constituem a Rede Regional de Abate.

Aprovaremos o Estatuto da Pequena Agricultura Familiar nos Açores com vista a salvaguardar as pequenas explorações de tipologia familiar no meio rural, tornando-as mais atrativa para as novas gerações.

Acompanharemos de forma próxima e proativa as instituições nacionais e europeias no processo negocial para a nova Política Agrícola Comum (PAC).

Lutaremos por uma boa proposta da PAC, com programa estratégico próprio e com um período de transição entre quadros para prosseguirmos o percurso feito pelo setor agrícola nos Açores, em termos de modernização, inovação e qualidade das produções para assegurar uma agricultura mais competitiva.

Em 2019, vamos potenciar o bom trabalho de sustentabilidade na fileira da madeira, com vista ao surgimento de novos negócios na área da transformação, inovação e contribuir para o aumento das exportações de madeira de criptoméria, que se estima possa atingir as 20 mil toneladas em 2019, quando em 2015 era de apenas sete mil toneladas.

(Neste momento o Deputado Paulo Estêvão mostra uma foto à câmara com o título: “Precariedade jovem!!! Até quanto? 70%”)

Iremos manter com os municípios uma relação de colaboração e sensibilização ativa, no sentido de ser cumprida a legislação que obriga à criação de Centros de Recolha Oficiais de Animais.

Em vários concelhos, estas infraestruturas, que proporcionam melhores condições de bem-estar e acolhimento aos animais, são já uma realidade.

Importa, contudo, prosseguir este trabalho em todos os concelhos da Região para que seja possível antecipar a meta de 2022, ano em que passa a ser proibido o abate de animais errantes ou de companhia nos canis.

Simultaneamente, vamos reforçar a parceria e o apoio com as Associações de Proteção Animal, reconhecendo assim a imprescindível e importante ação voluntarista que estas instituições prestam nas diferentes ilhas.

Por tudo isso que foi dito, o Plano para a Agricultura responde com ambição aos desafios do presente e lança caminhos para o trabalho futuro.

Temos confiança no trajeto que fizemos ao longo destes anos.

Continuaremos a trabalhar até ao limite das nossas capacidades e das nossas competências pelo progresso da Agricultura nos Açores e para dar boas respostas aos anseios dos agricultores e da sociedade açoriana.

Termino citando uma campanha informativa que lançamos na RTP/Açores, e que diz: “é preciso cuidar do que é nosso, cuidar das nossas gentes, da nossa terra, cuidar dos nossos animais, cuidar da nossa identidade açoriana”.

No fundo, cuidar do Açores e do seu Povo!

É isso que temos feito na Agricultura, sempre com grande paixão e entrega.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, quando o Plano apresentado é sempre igual e nós últimos 5 anos não se executaram 51 milhões de euros para a agricultura;

Quando o Secretário da Agricultura anuncia publicamente o aumento de 5 milhões de euros, que afinal são 3 milhões;

Quando o Secretário da Agricultura chega à Comissão de Economia deste Parlamento e não sabe explicar a que se destina o aumento de 9 milhões de euros para a Ilha de São Jorge;

Quando o Secretário Regional adiou para este Plano de 2019 pagar 4,6 milhões de euros da importação e fabrico de alimentos e dos prejuízos nos milhos de 2018, transformando este Plano num dos piores de sempre;

Como podemos, Sr. Secretário, acreditar neste documento e nestes compromissos?

Deputados Marco Costa e Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos perante a falta de credibilidade e uma enorme falta de visão sobre o futuro da Agricultura dos Açores. É o descrédito total!

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

O Orador: Diga-nos, Sr. Secretário Regional da Agricultura, quais são os novos investimentos que vão custar 9 milhões de euros na Ilha de São Jorge?

Deputado Bruno Belo (PSD): Ele já respondeu a isso!

O Orador: Que projetos inovadores foram realizados em 2017 e 2018 na área da produção agrícola e nos laticínios? Foi chumbado pelo PS uma iniciativa do PSD apoiando a inovação e a investigação em agroindústria de laticínios.

Disse o Sr. Secretário na altura que já existia uma medida para isso. Quais são os resultados dessa medida para 2019?

Que novos produtos certificados vão existir em 2019 em face dos anúncios que ainda hoje referiu?

A inauguração do Matadouro da Graciosa não aconteceu afinal em setembro deste ano. Para quando?

Que salas de desmancha públicas vão funcionar em 2019 e quem as vai gerir? O Governo ou os privados?

Que estudos tem o Governo sobre os custos de produção de litro de leite, sobre a viabilidade das explorações agrícolas, sobre novos mercados e novos produtos?

Há indústrias de laticínios dos Açores que dizem ter prejuízos todos os anos.

Que medidas vai o Governo implementar para resolver de forma sustentada essas situações, visto que apenas transfere verbas para as manter a funcionar?

Que medidas dirigidas às indústrias de laticínios tem o Governo para 2019 que permita o aumento do preço de leite aos produtores, visto que o próprio Governo sugere aos industriais para não baixarem o preço do leite?

O que vai efetivamente produzir a SINAGA em 2019?

Qual o montante do Pró-Rural mais que está por aprovar e, portanto, disponível até ao final do Quadro?

Finalmente, Sr. Secretário Regional, o que é para si, para a Secretaria Regional e para o Governo o modo de produção sustentável do leite e da carne que tanto evidencia no descritivo dos documentos do Plano?

Muito obrigado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Faz essas perguntas devagarinho que o Sr. Secretário já não sabe!

Deputado Marco Costa (PSD): Manda por email!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem tive oportunidade de colocar algumas questões ao Sr. Secretário da Agricultura e Florestas, para as quais não obtive resposta, mas que gostaria que hoje pudesse responder, nomeadamente que explicasse aos terceirenses como é que se justifica um brutal corte de 45% no investimento de infraestruturas agrícolas e florestais para a Ilha Terceira?

Pergunto, por isso, de novo, Sr. Secretário onde é que vai cortar cerca de 5,5 milhões de euros no investimento para a Terceira? Se é no abastecimento de água, se é nos caminhos agrícolas, se é na eletrificação das explorações, se é na construção de infraestruturas de apoio à agricultura? Porque é exatamente isso que os agricultores terceirenses quererão saber: onde é que incidirão esses cortes e porquê?

Depois, Sr. Secretário, tendo em conta o novo contexto de alterações climáticas globais, que resultou já este ano no verão anormal, marcado por uma seca severa e que trouxe enormes prejuízos aos agricultores açorianos, impõe-se perguntar quais são as medidas previstas neste Plano que possam ajudar os nossos agricultores a adaptar-se a estas alterações climáticas globais e a mitigar os seus efeitos, ou se, por outro lado, o objetivo é continuar indeterminadamente a atirar dinheiro para cima do problema, dando compensações aos agricultores, ainda por cima paga-se tarde e a más horas.

Portanto, a pergunta é, afinal é para agir ou é apenas para ir reagindo?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar da importância e da relevância do setor primário, especificamente de um setor como a agropecuária e a silvicultura, na economia da nossa Região, corre-se sempre o risco de nos tornarmos demasiado repetitivos.

Contudo, nunca é demais relembrar essa importância.

Tornar este setor rentável e competitivo exige políticas e medidas efetivamente que nos apoiem de modo a minimizar as condições que a nossa ultraperiferia impõe.

Se essas medidas de compensação são essenciais para colocar os nossos agricultores e produtores pecuários em condições de alguma igualdade concorrencial, o certo é que as políticas e medidas deste setor não se podem ficar exclusivamente por aí.

É de fulcral importância que aos agricultores sejam facultados os conhecimentos técnico e científicos necessários a poder melhorar a sua atividade e a melhorar a rentabilidade das suas explorações.

Sem sombra de dúvida que a formação profissional assume aqui um papel deveras relevante.

Por isso pergunto se irá o Governo promover e apoiar a formação dos agricultores, nomeadamente nos cursos destinados, por exemplo, a aplicadores de produtos fitofarmacêuticos durante o próximo ano?

No capítulo da agropecuária recentemente vários produtores, designadamente na Ilha das Flores viram a impossibilidade de escoar os seus bovinos devido à falta de contentores. Tal situação é tanto mais grave quando é necessário, perante tal impossibilidade, se registam perdas consideráveis nos rendimentos dos produtores, uma vez que em muitos casos ficaram agora impossibilitados de receber os apoios existentes à exportação dos seus bovinos.

Neste caso, que medidas pretende tomar o Governo no sentido de evitar essas perdas por parte dos produtores?

Por outro lado, e prevendo-se situações como esta que poderão ocorrer no futuro, que medidas políticas pensa o Governo tomar no sentido de proteger os produtores pecuários?

Riqueza sem dúvida relevante é sem sombra de dúvida a nossa floresta e mais especificamente a grande quantidade de matas criptomérias existentes um pouco por toda a Região.

O caso da Ilha das Flores em particular, a Região possui extensas matas de criptomérias em fim de vida e a necessitarem, por um lado, de serem aproveitadas e, por outro lado, de serem replantadas novas plantas.

Caso não haja em tempo útil, o mesmo é dizer, com urgência, o corte e aproveitamento dessas matas de criptomérias, as mesmas irão entrar em processo de decomposição perdendo qualquer valor comercial, esbanjando-se assim um elevado valor patrimonial que pode e deve ser aproveitado.

Em devido tempo esta representação parlamentar propôs a esta Assembleia medidas concretas para a redução destes problemas que na altura não mereceu aprovação, mantendo-se contudo este problema e com tendência a ser agravado com o decorrer do tempo, pergunto se o Governo está bem ciente deste problema e caso afirmativo que medidas tem em mente vir a tomar para a sua solução e nomeadamente se está disposto a rever a posição então tomada por altura da discussão da iniciativa desta representação?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Informo que o PCP esgotou o seu tempo para este debate.

De momento a Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado António Parreira tem a palavra.

Deputado Bruno Belo (PSD): A agricultura da Ribeirinha vem agora!

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

(corte na gravação) ... o Sr. Secretário da Agricultura e Florestas pelas medidas agora aqui enumeradas, destacando aqui algumas, nomeadamente a conclusão do Plano Estratégico dos Lacticínios dos Açores, através do CALL, a criação de

mais um produto DOP, a manteiga dos Açores, bem como a implementação do Plano de Estratégico da Agricultura Biológica.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Também aproveitava e colocava-lhe aqui uma questão que esperava ver aqui expressa e não está, e segundo o senhor nos disse em Comissão, tem a ver com os seguros agrícolas: qual é o ponto de situação?

Deputado Bruno Belo (PSD): Ele já enganou muita gente, não foi só o senhor!

O Orador: Portanto, as medidas aqui enunciadas demonstram claramente o empenho, a dedicação e o trabalho desenvolvido pelo Governo dos Açores num setor crucial e fundamental da economia regional.

A confirmar tudo isso, é vermos uma notícia que saiu recentemente do Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores, ou seja, o órgão máximo da agricultura dos Açores e da representação dos agricultores.

Deputado Bruno Belo (PSD): Pode ser São Miguel!

O Orador: O que está aqui dito, numa notícia do dia 22/11, penso que contraria em parte ou quase tudo aquilo que o Sr. Deputado António Almeida acabou de questionar. Aliás, com todo o respeito e consideração que eu tenho pelo senhor,...

Deputado António Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... (tenho acompanhado alguns artigos seus), é prática corrente o senhor dizer que está tudo mal. Não é capaz de dizer que está nada bem. Até fico admirado, uma pessoa que defende muito a agricultura dos Açores, que se diz otimista, mas tudo aquilo que escreve é de um pessimismo para além do que é razoável.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado António Almeida (PSD): Já vamos tratar disso, Sr. Deputado!

O Orador: E o que diz o Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores é: “o sucesso do turismo da Região está também ligado ao sucesso da agricultura dos

Açores”. E com isso está tudo dito. Essas são as declarações do Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores.

A comprovar também parte daquilo que disse o Sr. Secretário na sua intervenção, e são notícias aqui recentes, não sou eu que o digo, não é o Governo que o diz, é o que está escrito na comunicação social: desde a mais pequena freguesia dos Açores, na Ilha das Flores, a Fajãzinha,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Por acaso não é a mais pequena!

O Orador: ... o queijo, a inovação que foi feita no queijo, com o apoio, que tantos criticam, do selo da Marca Açores no seu desenvolvimento e também através da SDEA.

Se formos ver também o crescimento do Queijo Vaquinha...

Deputado Duarte Freitas (PSD): E o fatiado?

O Orador: ... que já esgotou todas as expetativas, tem que aumentar a produção e não consegue. Mais uma demonstração da inovação, do trabalho que se tem feito, em todas as ilhas dos Açores.

Uma empresa de sucesso, uma empresa de marca, da Ilha de São Miguel, estou a falar da INSULAC, está aqui dito e está aqui demonstrado (vou só fazer aqui uns pequenos reparos, ou seja, é dito aquilo que eu também já disse aqui e já disse o Governo) “que o nosso principal cliente, como é óbvio, é o mercado nacional, o que não quer dizer com isso que não tenhamos que exportar para outros países”, como é lógico e normal.

Mas aqui também diz: também exportamos para a Grécia, para a Holanda, para a Bélgica, para a Espanha, vendemos ainda para a África, Marrocos, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

(Neste momento o Deputado mostra uma foto à câmara com o título: “Políticas de juventude!! Quais?)

Demonstra bem aquilo que já está a ser a ser feito ao nível de melhores produtos, de valor acrescentado. É o trabalho que tem sido feito.

Podem dizer-nos que falta mais. É por isso que aqui estamos, para trabalhar, este Grupo Parlamentar, bem como o Governo. Continuar a fazer mais e melhor pela agricultura dos Açores.

Uma outra coisa que comprova tudo aquilo que o Sr. Secretário diz tem a ver com a comercialização dos principais produtos lácteos. Em 2016, 212.1 mil toneladas, com uma faturação de 279.4 milhões de euros;

Em 2017, 208.7 mil toneladas, ou seja, menos toneladas e a receita 294.5 milhões de euros, com um acréscimo de 15.1 milhões de euros.

O que é que eu quero dizer com isso?

É que com menos produção conseguíssemos mais dinheiro. É ou não é acrescentar valor aos produtos?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Vocês têm que dizer todos que sim!

O Orador: Relativamente aos investimentos, aos apoios financeiros, o que se fez ou o que se deixou fazer:

Pró-rural 2007/2013, despesa pública, 345 milhões de euros;

Taxa de execução superior a 97%.

Deputado Bruno Belo (PSD): Taxa de execução não!

O Orador: Está aqui demonstrado o investimento, quer do Governo Regional, quer dos produtores que acreditam no setor e estão confiantes no futuro.

Como estamos a meio deste mandato, da presente legislatura, também é bom fazer um balanço daquilo que se tem feito, praticamente agora nestes dois/três anos, para não fazermos comparações mais atrás.

Também o Sr. Deputado António Almeida, que hoje não o fez, não sei se mudou a sua estratégia, aliás o PSD muda de estratégia conforme as coisas lhe

vão acontecendo, e não sei se mudou de estratégia, hoje não falou na estratégia. Mas eu vou falar na estratégia.

Deputado Bruno Belo (PSD): Nos dias que os outros não falam o senhor fala!

O Orador: O Governo dos Açores há muito que delineou a estratégia para a agricultura dos Açores, numa união de esforços, reunindo todos os intervenientes, o Governo Regional, a indústria, a organização representativa dos produtores, incluindo a Federação Agrícola dos Açores e os produtores. Desde logo, o melhoramento da sanidade genética animal, o redimensionamento das explorações, as acessibilidades, a água, a eletrificação das pastagens, a reabilitação do parque agroindustrial, bem como a Rede Regional de Abate.

O redimensionamento permitiu o rejuvenescimento do setor, o aumento das áreas de exploração e o aumento da média de produção de leite de exploração e por essa via melhorar a rentabilidade dos produtores.

A este propósito eu queria aqui lembrar que em novembro, agora está a fazer mais ou menos 7 anos, de 2011, o então Sr. Deputado Regional António Ventura era contra a reorganização do setor. Era isso que ele dizia. É aquilo que o Governo faz que era o mais fácil. Há problemas retiramos os agricultores da agricultura.

Aliás, é de estranhar essa falta de coerência.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O que o Sr. Deputado António Almeida diz nos seus artigos de opinião é que o Governo deve-se reorganizar, e diminuir os agricultores, reorganizando as explorações.

Ou seja, o que disse o seu colega em 2011, não é o que o senhor diz agora, mas aquilo que este Governo fez já é de há muito tempo, quer os senhores indicassem ou não.

Mas para surpresa nossa, o que disse o líder nacional Rui Rio, é a falta de coerência total, reconhecendo publicamente, numa reunião com a COFAGRI, que nos últimos anos o PSD tem feito pouco pela agricultura.

O que é que ele quer dizer com isso?

Que tem um Deputado dos Açores na República e tem um Deputado dos Açores na Assembleia Regional, quer dizer que têm feito pouco trabalho ou que aquilo que dizem não é coerente?

A agricultura melhorou os seus métodos de produção e tem conseguido introduzir novos produtos no mercado de maior valor acrescentado.

A grande remodelação na Rede Regional de Abate impulsionou de certa forma o mercado da carne. Hoje existe uma fileira. Há um ano atrás o senhor não acreditava nisto. Hoje existe uma fileira da carne que começa a dar os primeiros passos, com animais de raças de carne transversais e de qualidade.

Em 2017 as exportações atingiram 55%. Criou-se a carne IGP, hoje reconhecida como uma referência nos Açores.

Em 2017 foram produzidas 578 toneladas dessa mesma carne. Há duas décadas atrás a exportação de carne em vivo era superior a 46 mil animais.

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor não tem mesmo uma perguntinha para fazer ao Governo?

O Orador: Hoje, na história da Autonomia, a redução é menos de 10 mil animais.

O preço pago à produção por quilo de carne, nos últimos 2 anos, tem vindo a subir substancialmente verificando-se um aumento na ordem dos 20%.

O excelente trabalho realizado na área da diversificação. Em 2015, 2213 hectares, em 2018 já atingimos os 3.009 hectares com o crescimento de 37%.

O SICAT, o RITA, investimentos realizados pelos produtores na ordem dos 25 milhões de euros, com os juros e ações de emparcelamento afetos pelo Governo.

O selo da Marca Açores, criticado aqui por tantos nesta Casa, ferramenta fundamental na ajuda e comercialização à exportação dos produtos regionais.

A Marca Açores criada em 2015 abrange cerca de 3000 produtos regionais e mais de 180 empresas aderentes em todas as ilhas da Região e no continente.

A Marca Açores já potenciou um aumento da venda dos produtos regionais na ordem dos 40%.

Portanto, Sr. Deputado, os resultados agora conseguidos constituem motivação ainda maior para o reforço do nosso esforço, de modo a fazermos ainda mais e melhor pelo setor principal e fundamental da economia dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Garcia (PSD): Grande coça no Sr. Secretário Regional!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Aqui não há concorrência, há complementaridade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Eu gostaria de nesta fase fazer uns breves esclarecimentos, até por uma questão de economia de tempo.

Ainda ontem foram colocadas aqui algumas questões, quer pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, quer pelo Sr. Deputado António Pedroso, e gostaria de dizer o seguinte:

Em relação ao Laboratório Regional de Veterinária, a nossa visão sobre esse dossier é mais importante do que olhar para trás. Importa olhar para a sempre e para o futuro.

Na verdade, este equipamento é um equipamento estratégico para o Governo dos Açores. O que interessa é que este Governo conseguiu dar melhores condições às que haviam anteriormente e neste momento o Laboratório está a funcionar normalmente e aquele que é o nosso compromisso com o setor é de dotá-lo com melhores equipamentos para servir melhor a agricultura e servir melhor a Região ao nível daqueles que são os serviços que são prestados e que são imprescindíveis quer para o setor, quer para a própria Região.

Em relação à redução do investimento na Ilha Terceira é preciso ter em conta que os planos são dinâmicos e, na verdade, se olharmos àqueles que foram os investimentos realizados na Terceira no último ano, e relembro o Parque Multisectorial da Ilha Terceira, a ampliação do Matadouro da Ilha Terceira e também a redução do investimento no novo Laboratório Regional de Veterinária, justifica em parte aquela redução.

Agora isso não significa que o Governo não deixará de investir, por exemplo, na melhoria das infraestruturas agrícolas. Só na Ilha Terceira vamos investir mais de 2 milhões de euros na reabilitação de caminhos, no abastecimento de água e na energia elétrica às explorações.

Sr. Deputado Jorge Paiva, respondi na minha intervenção que no próximo ano vamos avançar com o projeto do matadouro da Ilha de São Jorge.

Sr. Deputado António Pedroso, em relação ao queijo de São Jorge, depois do ano de 2016, onde naturalmente havia um excesso de stocks, o que é verdade é que em 2017 e em 2018 o percurso foi um percurso positivo.

Os stocks foram reduzidos, houve uma valorização do preço médio de venda e recorde também as ações do Governo, quer ajudando a cooperativa a encontrar novos mercados, quer no financiamento de uma campanha de promoção e na ajuda aos custos de sotocagem.

Portanto, nesta medida eu acho que estamos no caminho certo, o Governo acha que está no caminho certo, o setor cooperativo em São Jorge está animado, há confiança e uma grande determinação em produzir melhor e sobretudo a valorizar melhor o queijo de São Jorge e a ganhar novos mercados.

Não vejo um problema o facto do queijo ilha ter vencido o prémio dos melhores queijos de Portugal e não ter sido o queijo de São Jorge.

Este facto não retira nada ao queijo de São Jorge, pelo contrário só demonstra que há na Região produções de grande qualidade e que há uma aposta muito grande por parte da indústria em inovar e sobretudo em melhorar a qualidade.

O que me preocupa é que o PSD veja em algo positivo algo que é negativo e pretende com isso atingir o Governo e criticar o Governo.

Ou seja, para nós, os Açores estão sempre primeiro e a política depois. Para os senhores primeiro vem a questão político-partidária e depois é que pensam nos interesses dos Açores.

Isso acaba por se interligar com a intervenção do Sr. Deputado António Almeida.

Deputado Bruno Belo (PSD): Olhe que o Deputado António Almeida ainda tem mais 10 minutos!

O Orador: O Sr. Deputado António Almeida tem sempre um discurso muito crítico em relação àquilo que é a ação do Governo, acaba por não apresentar propostas, acaba por não apresentar nenhuma ideia, para a agricultura, aliás, um pouco na senda do novo líder do PSD-Açores...

Deputado Luís Garcia (PSD): Vocês estão todos preocupados com novo líder!

O Orador: ... que no discurso de encerramento não teve uma palavra sobre a agricultura. Nenhuma palavra sobre a agricultura! Eu fiquei preocupado! Eu fiquei assustado.

Aquilo que se esperava de um novo líder, de uma nova visão sobre os Açores, sobre a agricultura, é que houvesse pelo menos palavra sobre agricultura.

Nada, Sr. Deputado!

O que é que aconteceu?

Ele não lê os seus artigos? Os senhores não falam?

Deputado António Almeida (PSD): Já vamos lá!

Deputado Bruno Belo (PSD): Olhe que ele com 3 minutos, fez o que fez, imagine com mais 10 minutos!

O Orador: O novo PSD não tem ideias e soluções para a agricultura dos Açores?

Eu, como cidadão, fico muito preocupado.

Ou então, parece-me que é, no fundo, reconhecer que há um bom trabalho feito pelos Açores e pelos açorianos na agricultura nos Açores. Eu julgo que é mais por aí.

Mas respondendo às suas questões, Sr. Deputado, em relação às execuções do Plano, a execução do Plano e aquela que é a vontade do Governo é ter sempre as melhores execuções possíveis, mas na verdade nem sempre é possível.

2017 – em 2017 o decreto de execução orçamental foi aprovado a meio do ano.

Há um conjunto de variáveis que não conseguimos controlar: os atrasos nos projetos, os atrasos nas obras, tudo isto contribuiu para que, na verdade, a execução possa ser mais baixa.

Mas se olharmos para este ano, quando chegarmos ao final de outubro, já estamos com uma execução na agricultura perto de 70%. Ou seja, esse indicador indica que da parte do Governo há sempre uma grande determinação

e um grande esforço em fazer mais e melhor para a agricultura e é isso que temos feito todos os dias.

Em relação à situação da seca aquilo que se esperava do Governo foi o que foi feito. Nós analisamos, identificamos as carências e demos respostas positivas e rápidas. Era isso que o setor precisava. É verdade, não tínhamos condições para pagar este ano, mas assumimos isso. Não enrolámos, não mentimos, falámos verdade aos agricultores e os agricultores estão satisfeitos.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Mas alguém pagou!

O Orador: Podiam ter sido outras medidas, é verdade, mas foram aquelas que foram possíveis, foram aquelas que eram necessárias, foram aquelas que acordámos com o setor e sobretudo foram aquelas que permitiram minimizar os efeitos da seca, na Região.

Projetos inovadores, Sr. Deputado: leite de pastagem, leite biológico, projetos no âmbito das RIS3. A Região lançou vários concursos no âmbito da inovação que felizmente já apareceram propostas para projetos piloto e para inovação.

É só o Sr. Deputado visitar, e eu sou muitas vezes criticado pelas visitas que faço. Se o senhor falar com a indústria percebe o que é que eles estão a fazer, onde é que estão a trabalhar, onde é que estão focados.

Agora, essas coisas demoram tempo. É preciso tempo, é preciso tempo! É preciso persistência é preciso empenho, é preciso determinação e é isso que não tem faltado à nossa indústria e é isso que não tem faltado aos nossos agricultores.

Investimentos! Investimentos na Rede Regional de Abate!

Temos feito um trabalho simplesmente genial nessa área. O senhor está preocupado que o Matadouro da Graciosa não foi possível concluir no prazo.

Não me parece que isso seja um problema.

Deputado Bruno Belo (PSD): Quantas salas de desmancha estão a funcionar na Região?

O Orador: O outro matadouro continua a funcionar. Não deixaram de ser feitos abates com o mesmo nível de qualidade do que serão feitos no novo. Isso é uma falsa questão.

Deputado António Almeida (PSD): Não tivesse prometido então! Tivesse aguardado!

O Orador: O senhor com falsas questões, com clichés políticos quer afetar aquilo que é o bom desempenho da agricultura nos Açores.

É verdade que temos problemas para resolver, é verdade que vamos continuar a dar resposta a esses problemas e é para isso que cá estamos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu já lhe coloquei as mesmas perguntas duas vezes. Eu tenho pouco tempo e gostaria de saber como é que vai explicar aos terceirenses onde é que vai cortar 5,5 milhões de euros, onde, quando e como, e quais são as medidas que tem propostas neste Plano para ajudar os agricultores açorianos a adaptar-se a esta nova realidade de alterações climáticas e às secas que serão cada vez mais frequentes?

Por favor responda ou então admita que não quer responder às minhas perguntas. Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Já respondeu!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar nota de que coloquei 11 questões ao Sr. Secretário Regional. O Sr. Secretário Regional não respondeu a nenhuma delas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

Deputado António Marinho (PSD): Aí vem o “bombeiro” dos Açores!

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Almeida vem aqui procurar censurar o Governo e mais não fez do que uma profunda autocensura ao PSD.

O Sr. Deputado vem falar na credibilidade dos documentos do Governo. Vamos então falar da consistência e do rigor das suas previsões...

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor tem que falar é na credibilidade dos documentos do Governo!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): O que é que está em análise, Sr. Deputado?

O Orador: ... que também é uma forma de analisar a credibilidade.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): O que é que está em análise, Sr. Deputado?

O Orador: Olhe, Sr. Deputado, eu não tenho muito tempo para poder desmontar essas suas previsões, mas todos nós nos lembramos, há dois anos, o PSD, pela sua voz dizia que faltava uma estratégia à agricultura nos Açores, vinha aí o colapso, estávamos à beira do abismo.

Sr. Deputado, dois anos depois:

- Produção de leite – batemos o recorde em 2017, mais 4,2%
- Mais 6,5% de produção de queijo;
- Mais 4,6% de produção de manteiga;

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Deputado, fale da credibilidade dos documentos!

- O Orador:** - Mais 9,6% de exportação de carne;
- Mais 20% de produção de carne nos últimos 10 meses.

E mais importante que tudo isso, num recém encontro de instituições financeiras em Ponta Delgada, há poucas semanas atrás, foi claramente referido que o setor da economia dos Açores que mais confiança merece à banca e que a banca mais gosta de investir é na agricultura dos Açores.

Deputado Marco Costa (PSD): Querem mais juros!

O Orador: Isso diz muito sobre as suas previsões.

Queria também dizer, quando foi aqui referido pela voz do CDS a questão da seca, que foi uma situação que foi particularmente grave no passado verão (é bom que se diga), Srs. Deputados, que há quem considere que esse problema da seca veio revelar as insuficiências e os problemas da agricultura dos Açores.

Eu tenho uma opinião diferente: eu acho que o problema da seca veio demonstrar numa situação extrema o muito trabalho que foi feito na Região para resolver o problema do abastecimento de água à agricultura, das redes de água e da captação de água. Foi isso que ficou provado.

Também veio revelar o trabalho que o Governo está a fazer e vai fazer para resolver estes e outros problemas, estes e outros constrangimentos que a agricultura tem nos Açores.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, o setor agrícola é o setor mais forte da nossa economia e é um setor que tem presente e que vai ter futuro, uma agricultura cada vez mais moderna, cada vez mais mecanizada, cada vez mais

informatizada, uma agricultura de futuro, uma agricultura que vai permitir trazer muita riqueza para os Açores e muitos empregos para os Açores.

Esta é que é a verdade e nós vamos continuar esse trabalho. O PS assume esse compromisso em nome do futuro da agricultura do Açores. Vamos trabalhar com os produtores, vamos trabalhar com os industriais, vamos trabalhar com os distribuidores, vamos trabalhar com os comerciantes, vamos trabalhar com todos para termos uma agricultura cada vez melhor, cada vez mais forte. Só não vamos trabalhar, infelizmente, é com o PSD, porque como foi dito aqui pelo Sr. Secretário, o PSD fez falta de comparência a este importante debate, em nome do futuro da agricultura dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Bruno Belo (PSD): O Sr. Deputado San-Bento é o Deputado que mais sabe de agricultura nessa bancada!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): É o Deputado polivalente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Muito rapidamente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Almeida, eu não posso fazer nada contra se o Sr. Deputado não percebeu ou não esteve atento àquilo que eu disse da tribuna, também às respostas que dei aqui e àquilo que tenho dito ao longo destes tempos sobre o setor agrícola.

Portanto, todas as respostas que o senhor quer já dei várias vezes.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Agora, o que eu não vejo desse lado são soluções, medidas. Não vejo!

É um discurso redondo, coisa e tal... Não vejo proposta concretas.

Agora, o nosso Plano, não! No nosso Plano há propostas, há medidas, assumimos que nem tudo está bem, mas damos respostas e damos soluções.

Queríamos fazer muito mais? Queríamos!

É verdade! Mas os recursos são limitados.

Agora com esses recursos e com os recursos disponíveis estamos a dar as melhores respostas que o setor exige e que o setor precisa.

Deputado Bruno Belo (PSD): É possível fazer melhor!

O Orador: Sr. Deputado, em relação às alterações climáticas, o senhor também não teve atento à minha intervenção.

Segunda-feira vamos lançar um aviso de 1 milhão e meio de euros para aqueles agricultores que desejarem instalar nas suas explorações reservatórios ou lagoas artificiais.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos a desenvolver planos estratégicos para o abastecimento de água na pecuária.

Vamos reforçar a dotação deste ano para o abastecimento de água.

O Sr. Deputado quer melhores soluções do que estas? Melhores respostas do que estas?

Deputado André Bradford (PSD): Queria 50 milhões!

O Orador: É o que temos e é o que estamos a fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento gabou-lhe o jeito, que não tenho, de abordar nesta Assembleia, de forma transversal, todos os assuntos. Gabou-lhe essa faculdade que não a tenho.

Deputado José San-Bento (PS): Fale das suas previsões!

O Orador: Gostaria de vos dizer, e de fazer refletir, Sr. Secretário Regional da Agricultura, o seguinte:

Ao longo dos últimos 25 anos, os indicadores de aumento da produção de leite, do aumento da exportação de bovinos, num caso gado vivo e agora de bovinos abatidos, sempre cresceram. Não é disso que se trata a discussão da agricultura.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como é que o Sr. Secretário está satisfeito quando a maior parte das explorações não tem água canalizada?

Como é que o Sr. Secretário está satisfeito em falar em competitividade, em melhoria da qualidade, em inovação e em redução de custos, quando a maioria das explorações não têm eletrificação?

Como é que o Sr. Secretário pode estar satisfeito quando perduram no tempo problemas de acesso às explorações agrícolas por falta do cumprimento de investimentos públicos que, aí sim, cabe ao Governo?

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Como é que o Sr. Secretário Regional não se preocupa a olhar para este Plano em que metade das verbas do Plano são para apoiar o rendimento? O que significa que em termos estruturais não foram feitos os investimentos necessários...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para as indústrias e para os produtores darem um salto qualitativo na sua competitividade.

(Aplausos do Deputados da bancada do PSD)

Se metade das verbas deste Plano são para apoiar o rendimento, é porque o rendimento caiu, é porque os agricultores não são competitivos.

Portanto, o que nós afirmamos aqui e o que nós criticamos é a falta de capacidade estratégica para investir no que é preciso...

Deputado António Parreira (PS): Não é verdade!

O Orador: ... para que os agricultores sejam autónomos, para que possam estar no mercado de forma competitiva,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para que as indústrias procurem os novos mercados e novos produtos para acrescentar valor. Aliás, já faz parte do discurso do Sr. Secretário esse tipo de preocupações, que não fazia quando aqui chegou. E bem bom que já evoluiu nesse sentido.

Mas o que falta não é o discurso.

O que falta são sistemas de incentivo para que isso aconteça. Será que o Sr. Secretário Regional já interrogou a indústria quais são as necessidades da agroindústria para estar em novos mercados, com novos produtos, melhorando o rendimento dos agricultores? Se calhar não fez essa pergunta.

Se calhar a via mais fácil tem sido pôr dinheiro nos problemas e depois o que é que nós reparamos? Não executam.

Sr. Secretário, o Plano Regional para a agricultura é um plano de compromisso e se o Sr. Secretário Regional não executa esse plano de compromisso está falhando, está enganando os agricultores, está enganando os operadores.

Deputada Mónica Seidi e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor não pode, em 2017, não executou 17 milhões de euros.

A Federação Agrícola dos Açores, aquela que hoje aqui foi referida, reclamou 20 milhões em falta no Plano. Repare: reclamou 20 milhões! Nem sequer dá

para cobrir minimamente o que se perdeu nesses últimos cinco anos em termos de não execução.

Portanto, essa é uma verdade nua e crua.

Naturalmente que sem esses investimentos as coisas não acontecem e o que acontece é retórica da sua parte.

As pessoas não estão a sentir que estão a tornar-se competitivas, que o seu rendimento esteja a melhorar e o que nós temos aqui é um conjunto de obstáculos à modernização do setor agrícola e o senhor é o responsável por isso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Membros do Governo: Muito rapidamente porque não disponho de tempo.

Sr. Deputado António Almeida, o senhor não pode falar que o Governo não avança em termos de infraestruturas quando recordo... O Sr. Deputado não ouve o que eu digo, não está atento e depois diz que eu não lhe respondi.

No Plano de 2017 tivemos um reforço de 135% em infraestruturas agrícolas.

Deputado António Almeida (PSD): Está por executar!

O Orador: Neste Plano temos um reforço de 10%.

Deputado Luís Garcia (PSD): Onde é que isso está? Qual o orçamento?

Deputado Bruno Belo (PSD) Por que é que reforçam se não executam?

O Orador: Sr. Deputado, se isso não é...

Deputado Luís Garcia (PSD): Onde é que isso está? Estão os caminhos agrícolas por arranjar!

O Orador: ... sentido estratégico, se isso não é querer apostar na modernização, então explique-me o que é que é?

Deputado Luís Garcia (PSD): O Sr. Vice-Presidente é que lhe vai explicar!

O Orador: Em relação às ajudas e aos pagamentos diretos, nessa medida é preciso que o PSD e o Sr. Deputado tenham também coerência.

O Sr. Deputado fala muita vez na subsidi dependência dos agricultores, fala no excesso de subsídios e no excesso de apoios, mas depois o Sr. Deputado vem reclamar o reforço do POSEI. Então, Sr. Deputado como é que ficamos? São ou não são necessárias as ajudas? Acha que era possível a agricultura sobreviver nos Açores...

Deputado António Parreira (PS): Nos Açores e na Europa!

O Orador: ... sem as ajudas?

As ajudas não são um benefício único dos açorianos, nem dos Açores?

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Não são um benefício único dos Açores.

Se o Sr. Deputado consultar as ajudas diretas na União Europeia, o que é que verifica?

Portugal é o país que tem as ajudas mais baixas, a Alemanha, a Espanha, a Holanda, a Polónia.

Deputado António Almeida (PSD): O senhor é que ficou contente com a manutenção do POSEI, não fomos nós!

O Orador: Sr. Deputado, é preciso coerência no discurso.

Deputado António Almeida (PSD): Exatamente! É preciso!

Deputado António Parreira (PS): E isso é coisa que não há nessa bancada!

O Orador: É preciso coerência para sermos credíveis. Se não tivermos coerência não somos credíveis.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos passar então às intervenções de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há dois anos, eu dizia que a agricultura exigia um olhar neutro e imparcial, exigia diferentes perspetivas e abordagens aos desafios dos nossos agricultores, assim como uma ação e pulso firme no propósito de continuar a desenvolver o setor primário e todo o potencial que este encerra numa Região como os Açores.

É factual que em dois anos, e por muito que custe a alguns reconhecer, tivemos uma evolução notável e transversal a todos os setores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: Foram criadas várias soluções, novos instrumentos de ação, planos e estratégias, que pretendem firmar o papel das fileiras e estimular um caminho e um futuro de sucesso para todos aqueles que fazem da terra o seu projeto de vida.

Começando pela fileira da carne, só no último ano, em matéria de abates, aumento do consumo local e exportações, temos uma variação de 11%, 1,9, 19,5 % respetivamente. Importa também referir que o preço do quilo da carne sofreu uma valorização na casa dos 15 a 30 cêntimos. Neste sentido, a concretização de vários investimentos na Rede Regional de Abate, na Instalação do CERCA, no contínuo investimento em matéria de genética e sanidade

animal, aliado ao sempre importante reforço da imagem e projeção dos produtos da Marca Açores em diferentes contextos comerciais, foram fatores essenciais ao alavancar do sucesso da carne açoriana.

A fileira do leite merece sempre destaque porque continua a mostrar-se como um dos principais focos de ação e estratégia deste Governo. Tal deve-se porque os desafios que persistem, muitos deles alheios à vontade de todos os seus intervenientes, mas acima de tudo à importância que tem na economia regional. E aqui, algumas conquistas e estratégias permitiram devolver maior valorização, mais estabilidade, e permitiram devolver maior previsibilidade a este segmento. Como exemplo, temos o estudo comparativo do valor do leite, o promovido pelo CALL, a aprovação da candidatura a fundos para promoção dos produtos lácteos no Canadá, sustentado na necessidade de implementar um plano de ação e de Marketing que vise uma orientação e captação de novos mercados. No mesmo sentido, o facto do Governo Regional dos Açores assumir a necessidade de mediação, apelo e incentivo para a criação de novos produtos por parte da indústria, produtos alinhados com novas tendências de consumo e com uma produção mais sustentável, levou ao surgimento de duas candidaturas ao PRORURAL +, que podem ser encaradas como um bom caminho a seguir.

Gostaria também de referir o setor da vinha e do vinho, que num curto espaço de tempo dá nota de ser um excelente exemplo de investimento público em prol da Terra, das tradições e do potencial endógeno de cada ilha.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: Os prémios alcançados, a área recuperada, o valor e a credibilidade deste produto, ultrapassaram barreiras e fronteiras que honram e dignificam a ilha do Pico e os Açores no seu todo.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: Referi estes setores em específico, por considerar que consubstanciam as boas medidas e políticas criadas em prol da Agricultura açoriana.

Todavia, seria injusto não referir o esforço pelo Governo Regional dos Açores em estabelecer e potenciar um saudável equilíbrio e robusto reforço de ação entre todos os setores. Há mais robustez, energia e dinâmica na horticultura, na floricultura, na fruticultura e apicultura, áreas e setores produtivos que permitem reforçar as exportações e contrariar importações no setor primário. Ao registar-se um crescimento de 25% atesta-se, assim, a capacidade e a necessidade de prosseguir nesta linha de crescimento e progresso.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A arte de trabalhar a terra é o dom de alimentar o outro, é a arte de engalanar as nossas ilhas, de dar vitalidade e alento à nossa biodiversidade, ao nosso ambiente, à nossa Natureza.

Eu sei, nós sabemos, quem nos visita confirma: não há povo nem terra igual à nossa.

Deputada Marta Couto (PS): Muito bem!

A Oradora: É por isto também que o Governo Regional dos Açores não abdica de ter a agricultura como uma prioridade. É também por isso que este ano, o documento em análise continua a fixar objetivos concretos, projetos e ações a implementar, metas a alcançar, a favor do engrandecimento do capital rural açoriano.

Este plano, reflete uma orientação clara dos ativos financeiros para uma otimização dos recursos endógenos de cada fileira e para o reforço dos instrumentos e equipamentos que permitem uma diminuição de custos, em especial nas explorações. Pretende também capitalizar o valor dos nossos produtos ao continuar a investir no setor agroalimentar, aliado ao fundamental

incremento do conhecimento científico, da inovação e da tecnologia. Pretende também apostar na capacitação, formação e rejuvenescimento dos diferentes segmentos e setores. E é na soma, na conjugação e na complementaridade de todos estes elementos que temos uma agricultura mais eficaz, mais competitiva, e mais capaz de enfrentar novos desafios e de agarrar novas oportunidades sem perder a sua essência tradicional e regional.

Deputada Marta Couto e Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: Em suma, falar dos Açores e do nosso projeto de desenvolvimento e coesão socioeconómica é admitir que a agricultura é, por definição, uma das forças motrizes da nossa economia e da nossa sociedade. E, por isso mesmo, devemos ter a capacidade de acompanhar os tempos e os desafios, de transformá-los em vantagens e mais-valias. E num futuro próximo, num contexto de revisão de políticas europeias, de reorientação de linhas de ação em questões como a coesão territorial e a defesa, exige-se, assim, uma postura de proatividade, de assertividade, de corresponsabilização e engenho negocial, político de todos nós, de todos os agentes ligados ao setor, porque só assim conseguiremos manter o nosso papel, a nossa imagem e o nosso potencial produtivo.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

A mensagem é clara, o tom é firme, a motivação é grande e o compromisso é total.

O Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores vão ao limite das suas capacidades, tudo fazer para de forma a defender o valor das nossas gentes, dos nossos agricultores.

O Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores pugnarão sempre pela defesa intransigente de mais rendimento, estabilidade e segurança.

Falar do amanhã para nós é querer mais agricultura, mais crescimento, mais e melhor futuro para os nossos homens e mulheres da terra.

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

A Oradora: Neste sentido, queremos mais reconhecimento, mais valorização, aqui e além-fronteiras, da labuta daqueles que, de sol a sol, sem folgas e sem feriados, cultivam o rico solo destas nove ilhas.

É isso que nos move. Hoje e sempre.

É este o nosso dever.

É esta a nossa missão.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 26 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 07 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então retomar os nossos trabalhos.

A próxima intervenção de tribuna e última sobre esta matéria, cabe ao PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ser agricultor nos Açores é um ato de coragem, de muita paciência e,...

Deputado António Parreira (PS): Como tudo na vida!

O Orador: ... muitas vezes, de perca de dinheiro face aos atrasos estruturais que ainda persistem, após tantos milhões de fundos comunitários da União Europeia para apoiar o salto qualitativo e a autonomia das empresas agrícolas e da economia rural.

Honra seja feita aos milhares de agricultores, esposas e filhos que acreditam na sua capacidade empreendedora produzindo em quantidade e qualidade, muitas vezes sem saber com que preço podem contar para os seus produtos agrícolas.

Substituir o papel dos mercados pelo subsídio do orçamento público para apoiar o rendimento dos agricultores é subestimar a sua capacidade e da agroindústria dos Açores, moderna, dimensionada e competitiva para estar nos mercados que paguem melhor o que os Açores produzem, mas também na capacidade técnica e tecnológica instalada nessas indústrias e da comunidade científica na investigação e desenvolvimento de outros produtos de base agrícola.

Metade das verbas deste Plano são para apoiar o rendimento e não para modernizar a Agricultura.

Estão a perder-se centenas de explorações leiteiras.

Em 2014 o preço médio por litro de leite era de 34 cêntimos. Hoje é de 29.

Deputado António Parreira (PS): Havia maior procura no mercado!

O Orador: O preço médio do leite na União Europeia, no mês de setembro foi de 35 cêntimos.

Um plano regional agrícola devia ter por base uma política adequada de ordenamento do território otimizando o uso e capacidade dos solos, pelas suas características agronómicas e pela capacidade das infraestruturas em rede de caminhos, abastecimento de água e eletrificação como equipamentos para redução de custos de produção, aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos produtos e na valorização desse ativo rural açoriano – a terra – que se quer em mãos regionais.

A definição dos modelos adequados de exploração, pela sua dimensão mínima aconselhada, recursos vegetais e animais, infraestruturas físicas, níveis e tipo de mecanização e determinação das características do produto agrícola final de acordo com os mercados e consumidores que melhor paguem esse produto e serviço agrícola, são obrigatórios se se pretender adotar uma estratégia de desenvolvimento agro económico sustentável.

Com a evolução das economias, mercados e comportamento da sociedade os modelos ajustam-se tendo sempre em consideração a sua viabilidade e os resultados económicos positivos, fundamentados em regras de preços de mercado, quer os que condicionam os custos de produção, quer os que determinam os proveitos das empresas agrícolas.

Um agricultor é hoje o resultado da sua própria vontade, mas também do interesse do mercado naquilo que produz, sendo inoportuno manter produções sem viabilidade nos mercados e explorações com resultados negativos.

Mas as políticas na utilização desses recursos financeiros públicos são da responsabilidade de quem governa.

Nos Açores o Governo faz o debate junto dos agricultores dos fundos europeus, mas não se discutem os planos anuais regionais com os mesmos agricultores e industriais.

Não podemos obrigar os consumidores a pagar melhor os mesmos produtos, rigorosamente iguais, aos que outros produzem a preços competitivos.

É por isso necessário que o Governo questione a indústria sobre o que precisa para aumentar o preço de leite aos produtores.

Se for de outros mercados, o que precisam os industriais para chegarem a esses mercados?

Se for de outros produtos, o que precisam para inovar e valorizar?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me evidenciar a vantagem em ter uma marca dos Açores nos produtos de grande consumo, independentemente das empresas que os fabricam, pois todas já o fazem com marcas brancas para os mesmos clientes das grandes superfícies.

Uma marca com preço adequado à imagem que os Açores já têm nos mercados tradicionais, pode ser uma solução.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Com outro tipo de apoios, as indústrias poderão produzir outras marcas próprias certificadas, para níveis superiores de preço e de exigência, para outro tipo de consumidores.

Com este Plano não ficamos a saber qual é a estratégia:

- para as infraestruturas essenciais às explorações agrícolas, quando mais de metade nem sequer tem água canalizada;
- para os setores do leite e da carne em cada ilha açoriana no âmbito da produção, da transformação e dos mercados, identificando com rigor o que caberá ao Governo e aos privados.

Não ficamos esclarecidos neste Plano sobre a forma de ajudar os agricultores...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... que queiram abandonar a atividade, transferindo os seus ativos para outros agricultores, para que redimensionem as suas explorações, reduzindo custos e aumentando a sua eficiência e competitividade;

- para reduzir a importação de produtos agrícolas no mercado regional e aumentar a exportação de outros produtos de elevado valor comercial.

Já termino, Sra. Presidente.

É preciso formar novos ativos agrícolas e agroindustriais.

É preciso encontrar novos circuitos comerciais com novas oportunidades de valor.

Deputado João Bruto da Costa (PS): Muito bem!

O Orador: A Secretaria da Agricultura vai custar 32 milhões de euros em 2019. Tem quadros técnicos de grande excelente qualidade, mas não tem liderança.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Com este plano e com este Secretário continuaremos sem saber o que o Governo quer fazer com a Agricultura dos Açores,...

Deputado António Parreira (PS): Só o senhor é que não sabe, os agricultores sabem!

O Orador: ... apenas mais milhões, que serão promessa, mas não voltarão a ser executados.

Muito obrigado

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver. Vamos então continuar com os nossos trabalhos, com a informação de que o PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Passamos agora para a intervenção do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas do Governo:

A Região que teremos daqui a 30 anos será construída e definida pelos jovens de hoje.

(Neste momento o Deputado Paulo Estêvão mostra uma foto com o título: “Políticas da juventude! Quais?”)

É por isso que cabe ao Governo dos Açores criar e definir as medidas e as políticas que possam fomentar junto dos jovens Açorianos essa vontade em construir uma Região melhor, uma geração que esteja mais comprometida com o futuro dos Açores.

Desse ponto de vista, no âmbito da cidadania e da participação cívica, em 2019, o Governo dos Açores desenvolverá um conjunto de medidas e de ações que possam fomentar essa vontade dos jovens de intervir mais no futuro da nossa terra.

Consolidaremos e reforçaremos a plataforma de voluntariado jovem 'Tu Fazes a Diferença', reforçando os apoios às instituições e aos jovens Açorianos que queiram fazer voluntariado.

Também neste âmbito, vamos reforçar o valor que temos destinado ao associativismo jovem.

(Neste momento o Deputado Paulo Estêvão mostra uma foto com o título: “Precariedade jovem. Até quanto? 70%”)

Vamos reforçar o SIAJ, o Sistema de Incentivo ao Associativismo Juvenil, reforçando os apoios que desenvolvemos aos planos de atividades das associações juvenis da nossa Região.

Neste âmbito, também, reformularemos e reforçaremos o programa 'Põe-te em Cena', que apoia a criatividade jovem e pretende dar espaço aos novos criadores e, em suma, à criatividade jovem na nossa Região.

Mas, também neste âmbito, no incentivo à formação e à aprendizagem, reforçaremos o valor que está afeto ao OTL-J, um programa que foi reformulado recentemente e que pretende reforçar os apoios à juventude no âmbito da forma como podem desenvolver ações em contexto pré-laboral.

No ano de 2018 colocámos no OTL-J 3.000 jovens. Pretendemos, em 2019, com este programa, chegar aos 3.500 jovens.

Também no âmbito do incentivo à criatividade e à formação, vamos reforçar o apoio que damos ao programa 'Empreendedorismo Jovem: Decide o Teu Futuro', que chegará a 3.000 jovens Açorianos e envolverá 45 escolas da Região.

Um programa que, em 2019, entrará numa plataforma europeia de boas práticas de fomento ao empreendedorismo em vários Estados-Membros, sendo Portugal representado pela Região Autónoma dos Açores nessa plataforma.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Vamos também, no âmbito do incentivo à formação e à criatividade, continuar a apoiar o Labjovem, mostra de jovens criadores Açorianos, intensificar a parceria que temos com o Walk&Talk e, por isso, vamos, em suma, também alargar a Academia-J, o nosso plano formativo, a mais ilhas dos Açores, sendo os jovens dessas ilhas que nos vão dizer que áreas de formação querem ver promovidas no âmbito da nossa Academia-J e do plano formativo da Direção Regional da Juventude.

E, também neste âmbito, vamos reforçar os apoios à mobilidade jovem dentro da nossa Região, através do programa 'Bento de Góis',...

(Neste momento o Deputado Paulo Estêvão mostra uma foto com o título: "Políticas de juventude!! Quais?)

... recentemente reformulado, também por proposta e por iniciativa deste Parlamento.

O Cartão Interjovem, que deixou de ser um passaporte para festivais de verão – não é que isso não seja importante – mas que hoje é também um passaporte

cultural, de mobilidade dentro das nossas ilhas, passou também a garantir entradas gratuitas nos centros interpretativos e nos museus da nossa Região.

Porque não temos dúvidas que reforçar e fomentar a mobilidade juvenil dentro das nossas ilhas será também um importante contributo que o Governo pode e deve dar para reforçar o espírito de coesão na nossa Região.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Um jovem que vá mais vezes a outra ilha da nossa Região estará, certamente, mais predisposto e disponível para perceber as dificuldades e as especificidades dessa outra ilha, podendo, desta forma, reforçar o espírito de coesão da nossa Região, que será construída pelos jovens dos Açores.

É por isso, Sras. e Srs. Deputados, que as nossas opções para 2019 estão muito bem definidas.

Queremos uma juventude açoriana melhor preparada.

(Neste momento o Deputado Paulo Estêvão mostra novamente a foto com o título: “70%! Precariedade jovem... Até quanto?”)

Queremos uma juventude açoriana mais comprometida com a construção do futuro da nossa Região.

Não embarcamos num discurso que, para nós, é um erro estratégico profundo de médio prazo para a nossa Região. Estar permanentemente a desmerecer e a apoucar a participação dos jovens na nossa Região.

Temos consciência plena que os jovens dos Açores, certamente, darão contributos muito importantes para o futuro dos Açores.

Apoucar essa perspetiva e apoucar a vontade dos jovens de participar é, na nossa perspetiva, um erro estratégico com o qual não comungamos.

Sras. e Srs. Deputados:

Aqui estamos, como sempre, a dar a cara pelas nossas opções, não só na área da Juventude, mas em todas as áreas do Governo.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que defendem e apostam num projeto político que concilie o emprego, o investimento, a iniciativa jovem, sem descuidar a proteção social e o apoio àqueles que mais precisam, terão, naturalmente, que apoiar o Plano e Orçamento para o ano 2019 da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vivemos numa Região onde o saldo natural continua a ser consideravelmente negativo, uma Região fustigada pelos efeitos do despovoamento onde se verificam enormes condicionalismos à fixação dos jovens e onde estes são obrigados a enfrentar enormes desafios.

Uma Região onde o desemprego jovem voltou a aumentar, continuando a cifrar-se muito acima da média nacional e em valores verdadeiramente alarmantes atingindo um em cada três jovens.

Tendo em conta estas dificuldades sentidas pelos jovens açorianos, seria expetável que o Governo Regional para 2019 tivesse um Plano de Investimentos musculado, reforçado, no que toca em medidas destinadas à juventude.

Infelizmente isso não se verifica e os jovens açorianos quererão seguramente querer saber porquê, Sr. Secretário, e além disso não só não se verifica um aumento no investimento, como a proposta do Governo Regional passa mesmo por um lamentável corte de meio milhão de euros para este setor.

Olhando para as rubricas do Plano Anual Regional, referentes à juventude, percebe-se que este corte fica marcado pela conclusão da obra da Pousada de Ponta Delgada, mas a verdade é que a questão que se coloca é havendo uma Rede Regional de Pousadas por concluir, por que razão é que o Governo Regional não opta por avançar de imediato para a construção de uma Pousada nos sítios onde ela faz falta, na Praia da Vitória, na Horta, nas Flores, aliás tal como o CDS tem vindo a propor em anos anteriores?

E numa altura em que é necessário colocar em prática todas as estratégias possíveis para fixar jovens na Região, perguntava, Sr. Secretário, por que razão é que deixou de haver verba prevista no Plano para o funcionamento do Programa “Prepara o teu regresso a casa”.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Informo que o CDS também esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Tiago Branco tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O património do Partido Socialista no que toca às políticas de juventude nos Açores é inquestionável e tem-se debruçado essencialmente...

Deputado Bruno Belo (PSD): Afinal o chefe está cá!

O Orador: ... em responder às ambições dos jovens açorianos desenvolvendo uma série de iniciativas que procurem ir ao encontro das necessidades e aspirações desta faixa etária.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: Neste momento, os Açores dispõem de um manancial de instrumentos ao serviço da juventude açoriana distribuídos por diversas áreas, como a educação, a formação, o empreendedorismo, o associativismo, o voluntariado, a cidadania e participação cívica e o incentivo à mobilidade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Plano e o Orçamento para 2019 reflete por um lado o consolidar desse património, mas também reflete sobre os novos desafios, as novas realidades que hoje se colocam em relação ao futuro.

Este processo e este trabalho de adaptação aos novos paradigmas e às novas conjeturas está a ser traçado e bem pelo Governo dos Açores em parceria com a juventude açoriana, ouvindo-os, ouvindo os jovens, ouvindo as associações juvenis e colocando-as a participar ativamente nas decisões que lhes dizem respeito.

Exemplo disso é o processo de auscultação pública que o Governo dos Açores está a desenvolver sobre o novo regime de enquadramento das políticas de juventude, que pretende que materialize as prioridades para os próximos 10 anos, colocando à discussão questões como a formação, os modelos de organização juvenil, a informação juvenil, a participação cívica, a corresponsabilização nas decisões públicas, o voluntariado, a mobilidade, o apoio ao associativismo juvenil e a empregabilidade jovem.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: De realçar também a implementação efetiva em 2018, e a sua continuidade em 2019, do Orçamento Participativo dos Açores, que se revela como um importante instrumento, fruto do compromisso do PS, com vista ao reforço e ao estímulo da cada vez mais evidente participação cívica dos jovens açorianos, medidas como esta que dão oportunidade aos jovens de sentirem, de uma forma mais direta, que as suas ideias podem traduzir-se em investimentos concretos, tem uma importância fundamental para aumentar o envolvimento da

juventude açoriana na reflexão, no debate e na decisão das prioridades do investimento para a Região.

Também gostaria de destacar a internacionalização do programa “Educação empreendedora, o caminho do sucesso”, que passará a ser integrado numa plataforma que junta várias organizações europeias.

Trata-se de uma iniciativa que envolve por ano dezenas de escolas e cerca de 3 mil jovens açorianos, permitindo que seja nas escolas que os jovens comecem a ganhar competências e conhecimentos para fazer face aos desafios da sua empregabilidade.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: Uma juventude mais preparada e dotada dos instrumentos necessários com vista à sua emancipação significará uns Açores mais inovadores e mais transformadores a favor do seu desenvolvimento.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas:

Apenas para responder às perguntas do Sr. Deputado Alonso Miguel.

Relativamente à questão das Pousadas já discutimos essa questão amplamente, quer aqui, quer em sede de Comissão Parlamentar e neste momento não está prevista a construção de mais Pousadas na nossa Região.

A rede que temos, uma rede de cinco Pousadas, é atualmente a rede que gerimos e não está em 2019 previsto o alargamento dessa rede.

Relativamente à questão do emprego jovem, essa discussão foi tida aqui também na terça-feira de manhã, onde também sobre esse âmbito o Sr. Vice-Presidente do Governo teve a oportunidade de abordar esse assunto e de anunciar algumas medidas inovadoras para o ano de 2019, que versam precisamente sobre a questão do desemprego jovem onde nós reconhecemos, naturalmente, que é importante fazer mais para reduzir os números do desemprego jovem atualmente.

Relativamente ao programa “Prepara o teu regresso a casa”, esse programa não deixou de existir no Plano para 2019, deixou de existir na proposta de Plano para 2018, porque nós entendemos que a forma como abordamos aqueles que estão lá fora a estudar e a qualificar-se, tal como estava desenhado, não era adequado, através de palestras presenciais, de técnicos da DRJ com os alunos. Achamos que hoje isso não deve ser feito assim, deve ser feito por via das redes sociais, por via dos smartphones, por via da comunicação digital, por via do apoio a associações que desenvolvem encontros nacionais de estudantes açorianos como já aconteceu por duas vezes e nós, em 2019, vamos também continuar a apoiar essa iniciativa, isto porque na nossa perspetiva os jovens de hoje aquilo que precisam é de organizar-se e serem eles a promover os eventos que querem ver discutidos no continente, organizados por eles e o Governo tem é que apoiá-los e não ir lá dizer o que deve ser feito.

Portanto, a estratégia de apoio e de, digamos, atração dos jovens que estão lá fora a estudar é feita de variadíssimas formas, do apoio às associações juvenis que estão lá a desenvolver atividade nesse âmbito, através da ação InfoJovem

que visa precisamente uma ação concreta de levar a informação aos jovens que lá estão, em consonância aliás com a evolução digital que felizmente vivemos hoje.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à única intervenção de tribuna que temos sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos em 2018!

Quem nasceu em 2000, naquele ano em que alguns profetas diziam que o Mundo ia acabar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Este Governo já cá estava!

O Orador: ... logo ao primeiro segundo, hoje já são maiores de idade. Hoje podem conduzir, hoje estão a entrar nas Universidade ou em alguns casos estão a entrar no mercado de trabalho depois de um curso profissional.

Hoje, estão preocupados com o seu futuro!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, pois estão, estão!

O Orador: Hoje, já fizeram escolhas e já tomaram decisões que irão influenciar grande parte das suas vidas. Hoje, eles vivem numa Região melhor, mais desenvolvida e com outras perspetivas.

E deve mover-nos a ambição que a região de amanhã será ainda melhor porque hoje, a discutir 2019, é neles que devemos pensar e é também por eles que devemos lutar e continuar o nosso trabalho.

Hoje eles estão a estudar, ligados a associações e instituições da nossa sociedade, são agentes comprometidos com o futuro dos nossos Açores, com o seu próprio futuro. São responsáveis e merecem cada espaço que lhes é dado para contribuírem para isso.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: E é também por isso que as políticas implementadas e a implementar devem ter no horizonte este público alvo.

(Neste momento o Deputado Paulo Estêvão mostra a foto com o título: “70%! Precariedade jovem... Até quanto?”)

Eu não me conformo! Não me conformo ao ver um jovem que não conseguiu trabalho, não me conformo ao ver aquele jovem que achou melhor sair, não me conformo com aquele jovem que tendo trabalho, ainda não tem uma remuneração adequada à sua formação, eu não me conformo ao ver que um casal jovem que ainda não conseguiu criar o seu lar pela dificuldade em aceder a uma habitação.

E é com esse inconformismo que aqui estou, e é esse inconformismo que faz o PS estar aqui conhecedor do que já fez e sobretudo consciente do que é preciso fazer.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É, por exemplo, incentivando a criação de polos habitacionais que se promove este fim.

É com programas como os que já existem e com aqueles anunciados no início deste debate que se operacionalizam estes objetivos.

Já o disse e volto a repetir: a transversalidade da juventude na ação governativa é uma realidade e este plano e orçamento reafirma esta transversalidade.

Aliás, daqueles profetas do passado, que falei há pouco, já ninguém se lembra. Já ninguém fala neles. Já poucos se lembram até do que diziam e a história não se fez deles.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Para bem dos Açores a história fez-se de outros:

A história fez-se dos que valorizaram, dos que incentivaram e impulsionaram, dos que encorajaram, dos que acreditaram!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Mas cuidado. Alguns continuam por aí! Devagarinho, aos poucos, escrevendo muito ou escrevendo pouco, vão lançando as profecias da desgraça.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: As profecias que o curto tempo contraria.

As profecias de quem quer fazer da derrota dos Açores a sua vitória!

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É aqui, a discutir 2019, que o Partido Socialista dos Açores mostra, mais uma vez, como se pode fazer história! De forma arrojada, ambiciosa, corajosa e desafiante, entramos num novo ciclo de desenvolvimento dos Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Todos os anos é um novo ciclo!

O Orador: Um PS que se desafia! Um PS que se questiona! Um PS que faz da sua ação política uma permanente insatisfação porque só assim conseguiremos o sucesso, o sucesso dos Açores!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nada é impossível enquanto for feito pelos Açores com os Açorianos!

Já o provamos e provaremos novamente que somos capazes e que vamos conseguir!

Já o disse e repito com um grande orgulho autonómico: os Açores serão sempre aquilo que os açorianos quiserem! E que venha 2019!

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Não havendo passamos então para a intervenção do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas. Tem a palavra.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas (*Rui Bettencourt*): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas:

O Governo, quando, no início desta legislatura, apresentou o seu Programa, no que concerne às Relações Externas, quis realçar a intenção de projetar e de afirmar os Açores no mundo.

Em relação à questão crucial da preparação do Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027, indicamos aqui mesmo a importância de mantermos uma postura de forte vigilância estratégica.

Volvidos dois anos, num momento em que no mundo e na União Europeia, em particular, as divisões e as incertezas abundam e a situação se tornou ainda mais complexa, é exigido de todos nós clarividência, concertação e firmeza.

E eis que assistimos a um caminho de consenso, de clareza, de vigilância e de firmeza.

O que nos diferencia, nos legitima e nos reforça nas nossas relações externas.

Nesta caminhada de preparação do futuro quadro financeiro plurianual, que tão importante é para os Açores, atravessamos três momentos.

Um primeiro momento de auscultação e envolvimento da sociedade civil e política: a Sociedade Açoriana foi envolvida no desenho de uma futura Política de Coesão; nesta Casa da Democracia foram aprovadas por unanimidade três resoluções que muito importa.

Um segundo momento de discussão com a Comissão, que ainda continua, no qual temos sido muito ativos, com encontros entre o Presidente do Governo, o Presidente da Comissão e vários Comissários, bem como reuniões, conversas, com vários decisores da Comissão Europeia.

Um terceiro momento de afirmação e de procura de alianças, que iremos continuar a privilegiar em 2019, de ação junto do Parlamento Europeu e do Conselho, reforçando a explicitação da posição açoriana junto de Eurodeputados e de Estados Membros.

A 27 de junho, apresentamos a posição açoriana ao Presidente do Parlamento Europeu, com uma enorme mais-valia, com três resoluções aqui votadas por unanimidade, entregues ao Presidente Tajani.

Ainda há semanas, no âmbito da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, e há dias, perante os Presidentes das Regiões Ultraperiféricas e perante a Comissão Europeia, o Presidente do Governo afirmava com firmeza estarmos contra os cortes propostos no POSEI, na Política de Coesão, na Política Agrícola Comum, e estarmos contra o corte da taxa de cofinanciamento de 85% para 70%.

Assim, foi com agrado que há poucos dias vimos aprovada por uma larga maioria, em sessão plenária do Parlamento Europeu, uma resolução que indica à Comissão e ao Conselho Europeu que deve ser mantido, pelo menos, o mesmo nível de financiamento da Política de Coesão, da PAC e do POSEI.

Tudo isto, Sras. e Srs. Deputados, não acontece por acaso.

Pedia, a este propósito, que reparassem, com orgulho, quão respeitados são os Açores na Europa.

Eis que o Presidente de uma região de 240 mil habitantes – 0,005% da população europeia – o Presidente do Governo dos Açores, é eleito por unanimidade Presidente de uma entidade europeia, a CRPM, que representa mais de 200 milhões de habitantes, 40% da população da Europa.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, um longo caminho temos ainda a fazer.

Em 2019, manteremos, num espírito de concertação, a firmeza e a clarividência como as melhores armas para enfrentar as incertezas e os desafios que encontraremos. E também com um propósito, claro, de mobilização das Açorianas e dos Açorianos para as questões europeias.

Igualmente, veremos ao longo de 2019 fortes avanços na estruturação deste formidável espaço de mais de três milhões de habitantes que agrupa os Açores, as Canárias, Cabo Verde e a Madeira, que é a Macaronésia.

Ao mesmo tempo que dezenas de projetos na ciência, no mar, no espaço, no ambiente, implicando mais de 30 milhões de euros, estão a desenrolar-se, encontramos-nos a trabalhar em conjunto sobre os transportes, o comércio, a potenciação das complementaridades económicas, culturais e sociais e a estruturação política deste espaço.

Assim, em 2019, presidindo os Açores à Conferência dos Governos da Macaronésia, serão organizados nos Açores os Jogos da Macaronésia com jovens dos quatro arquipélagos, concretizando, deste modo, pela juventude e pelo desporto a aproximação efetiva dos Açores, das Canárias, de Cabo Verde e da Madeira.

Em 2019, continuaremos a trabalhar com as Casas dos Açores e com mais de 1.000 organizações não governamentais no mundo, para que se reforcem pontes entre os Açores e a Diáspora, em particular com os jovens.

Reforçaremos também a nossa capacidade de acolher e informar os Açorianos que, em situação de reforma ou outras, desejam regressar aos Açores.

Veja-se que este ano os nossos serviços acolheram mais de 5.000 ex-emigrantes que regressaram aos Açores, em grande maioria após a reforma, ou que reformularam o seu projeto de vida, e que nos procuraram para um acompanhamento cuidado dos seus direitos sociais, das suas reformas e de informações e documentação necessária à sua implementação nos Açores.

Por outro lado, merece ser aqui destacado que nos Açores vivem 3.471 estrangeiros, de 89 nacionalidades diferentes, merecendo destaque a alemã, a italiana, a brasileira, a chinesa, a suíça, a espanhola, a cabo-verdiana e a britânica.

Estes dois indicadores – o número de Açorianos a regressar e o número e a diversidade de estrangeiros a residir nos Açores – mostram muito bem a atratividade da nossa Região.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Porque somos cada vez mais um Povo de Diáspora, 2019 será um ano de reforço da valorização da Diáspora Açoriana e de desencadeamento de várias ações consertadas para uma ainda maior tomada de consciência da força dos Açores no Mundo, através de Açorianos de 1.^a, 2.^a ou 5.^a geração do Brasil, Estados Unidos, Canadá, Bermuda, Uruguai ou qualquer parte do Mundo.

Assim, numa lógica de autonomia de afirmação, de ousadia nas ideias e de firmeza na atuação, em 2019 reforçaremos a nossa influência nas questões europeias, alargaremos a nossa intervenção na cooperação externa e reforçaremos o envolvimento da nossa Diáspora no projeto açoriano.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS, de alguns Membros do Governo e do Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, do Deputado Artur Lima e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há alguma inscrição?

(Pausa)

Julgo não haver. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda tens tempo?

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sou poupado!

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na poupança é que está o ganho, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Portanto, resisti até ao fim, com os poucos segundos que me restavam para passar uma mensagem que acho que é bastante importante.

Eu tenho agora uma nova técnica,...

(Neste momento mostra uma foto à câmara do Porto da Praia da Vitória)

... que é ter uma participação visual no debate parlamentar, uma vez que não tenho tempo.

De qualquer das formas, a mim o que me preocupa é o Porto da Praia da Vitória. Eu sei que o Sr. Secretário não tem responsabilidades diretas nesta matéria, mas preocupa-me muito que os Açores estejam novamente a negociar com uma potência hegemónica, como a China, um porto, por exemplo o Porto da Praia da Vitória, que é estratégico para o desenvolvimento dos Açores, por um período de 75 anos (75 anos!).

Deputado Carlos Silva (PS): Até 75 anos!

O Orador: Eu refiro aqui que se trata do negócio da China. É, de facto, o negócio da China.

Mas eu penso que deveríamos ter aprendido com o que aconteceu em relação à Base das Lajes, em que Lisboa ficou...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já, Sra. Presidente? Já termino.

Presidente: O senhor poupou, mas não foi assim tanto, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já.

Termino já, Sra. Presidente, dizendo que, de facto, em relação à Base das Lajes o que aconteceu foi que Lisboa ficou com a parte de leão e os Açores ficaram com muitos problemas, inclusivamente, problemas relacionados com a poluição ambiental.

Por isso, mais uma vez o que eu vejo aqui, sem qualquer tipo de preparação, e negociado às escondidas, é que o Governo Regional se prepara para ceder o Porto da Praia da Vitória à China no âmbito das negociações que certamente já se iniciaram quando se expandiu o período de utilização e de concessão dos portos de 30 para 75 anos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. O PPM também esgotou o seu tempo.

Pergunto se há inscrições? Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros e Caras Colegas de Governo:

Uma intervenção muito rápida, apenas para refutar em absoluto a afirmação do Sr. Deputado Paulo Estêvão sobre qualquer tipo de negociação...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... do Governo dos Açores com qualquer potência hegemónica...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Vamos ver!

O Orador: ... no âmbito do Porto da Praia da Vitória. Nem com a China, nem com qualquer potência hegemónica.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Vamos ver!

O Orador: Essa afirmação não corresponde de todo à verdade.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Corresponde, corresponde e o senhor sabe que corresponde!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo inscrições para os esclarecimentos, para uma intervenção de tribuna tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Este homem fala sobre tudo, é juventude, é pescas, é agricultura!

Deputado José San-Bento (*PS*): Sr. Deputado, não seja invejoso!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Eu sou invejoso!

O Orador: Fica-lhe mal, fica-lhe mal. O senhor não tem razão nenhuma para ser invejoso, Sr. Deputado, confesso-lhe.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar, na abordagem desta área temática relacionada com as Relações Externas, por saudar, na pessoa do Sr. Secretário, todo o Governo Regional, pela forma forte, ativa e determinada com que o Governo Regional procura desenvolver o seu trabalho e defender os nossos interesses em inúmeros organismos europeus e não europeus, uma vez que estamos a falar no domínio das Relações Externas.

E, como foi aqui muito bem-dito pelo Sr. Secretário da Presidência, nós temos que ter uma perspetiva, e esta área é muito propícia a isso, de futuro.

Da construção dos Açores do futuro.

Quer o nosso país, quer particularmente a nossa Região, como foi muito bem aqui dito pelo Secretário Berto Messias, dependem muito da nossa capacidade de hoje trabalhar de uma forma planeada e lúcida sobre esse futuro.

Deputado Bruno Belo (PSD): E a Casa dos Açores no Havai?!

O Orador: E o futuro da Europa é, de facto, fundamental para aquele que será o futuro dos Açores.

Aquele que nós, hoje, estamos aqui preocupados em construir.

E, por isso, é de salientar como da maior importância, a grande prioridade que o Governo está a dar à questão relacionada com a negociação do próximo quadro comunitário do próximo Orçamento Plurianual da União Europeia.

Esta prioridade é fundamental na defesa não só dos montantes nominais desses apoios, como também nas taxas de cofinanciamento que a Região terá de cumprir e também a preservação daquilo que é o chamado adquirido comunitário para garantir que não haverá retrocessos no domínio da integração europeia e do reconhecimento das particularidades das Regiões Ultraperiféricas. E, portanto, estas prioridades, Sr. Secretário, são da maior importância porque elas terão um papel decisivo no futuro da Europa e, conseqüentemente, no futuro dos Açores, nomeadamente, entre 2021 e 2027.

Também é de destacar, como uma segunda prioridade, a participação ativa da Região nos vários organismos europeus, não só aqueles que são órgãos consultivos da União Europeia, como o caso do Comité das Regiões ou da Assembleia das Regiões da Europa, como também da participação nos diversos organismos de cooperação inter-regional.

Destaco dois: a CRPM (Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa) que recentemente, no Funchal, procedeu à reeleição do Senhor Presidente do Governo Regional, como Presidente desta importante organização; e também a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, que ainda na passada semana reuniu nas Canárias. Tanto uma como outra das reuniões demonstram a união e a solidariedade que existe e isso decorre muito do mérito do trabalho do Governo em defender as causas da Ultraperiferia, nomeadamente, aquelas que dizem respeito ao próximo orçamento plurianual da União Europeia.

Também é de destacar, numa terceira prioridade, a cooperação bilateral que a Região tem desenvolvido com algumas Regiões e também a cooperação multilateral ao nível do espaço da macaronésia onde nos últimos meses também têm dado frutos muito curiosos, nomeadamente, com a Madeira, com Cabo Verde e, particularmente, com as Canárias. Os últimos desenvolvimentos são muito encorajadores e já com reflexos palpáveis ao nível económico, que é o que nós todos também desejamos.

E, finalmente, em quarto lugar, a importância da prioridade que é conferida às nossas comunidades emigrantes através, não só das redes Casas dos Açores, que funcionam como verdadeiras embaixadas dos Açores em muitos países onde nós temos as nossas comunidades defendendo a identidade cultural, dinamizando o associativismo dessas comunidades e também integrando uma importante e inovadora divulgação económica da Região nesses espaços, numa perspetiva muito transversal.

Aliás, as próprias comitativas da Região que têm sido convidadas pelo Governo para participar no Conselho Mundial das Casas dos Açores têm testemunhado isso e, particularmente, a última – o ano passado – reunida em Toronto no Canadá, foi possível nós acompanharmos esta tendência. As Casas dos Açores deixaram de ser um mero núcleo de preservação da identidade dos Açores e são hoje um centro que erradia a divulgação da nossa Região no plano turístico e dos nossos produtos no plano económico e esse trabalho é muito difícil e muito exigente...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e, por isso, é da maior justiça nós fazermos aqui esse reconhecimento.

Saudações ao Governo dos Açores. Temos aqui um bom orçamento, com boas prioridades, com os objetivos certos e com estratégias adequadas para cumprir esses desideratos.

Isto é reconfortante, Sras. e Srs. Deputados. Numa altura em que no plano internacional assistimos a situações que nos preocupam muito e que também poderão afetar a nossa Região. Um mundo que parece apostar num caminho de um mundo sem regras, num mundo onde se desvaloriza as instituições que foram importantes em manter a ordem internacional e a paz mundial nos últimos 70 anos. A própria Europa contaminada por populismos nacionalistas que ameaçam o próprio sonho da construção e da integração europeia, onde nos últimos meses notícias preocupantes têm vindo a surgir.

Talvez a eleição do Presidente Macron tenha sido a única exceção num conjunto muito alargado de ocorrências que parecem indicar um sentido de inversão do projeto europeu e isso também nos leva se calhar ao maior rombo que a União Europeia teve até hoje que é a questão do Brexit. Sr. Secretário, queria saudar as iniciativas que o Governo vai promover e que já promoveu, de nós aproveitarmos esta nova circunstância para podermos ter outra presença de

organismos internacionais e europeus na Região. Temos outro leque de oportunidades que nós estamos atentos. O Governo faz muito bem e tem muito mérito nisso, essa atenção em seguir esse caminho. Mas a grande lição que temos de tirar do Brexit, Sras. e Srs. Deputados, como os ingleses vão perceber muito rapidamente e os irlandeses já perceberam, é que dentro da Europa estamos mais fortes, temos mais apoios e podemos ir mais longe no nosso desenvolvimento e na expressão da solidariedade. Esta é que é a grande lição.

Deputado Bruno Belo (PSD): O Ministro dos Negócios Estrangeiros!

O Orador: Uma lição pró Europa e não pró populismos nacionalistas.

E por isso a importância das próximas eleições europeias nesse contexto, as quais assumem um carácter decisivo. Por isso o PS Açores, os europeístas dos Açores, não podem deixar de contribuir para afirmarmos os valores humanitários e progressistas...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e garantir que, através da construção europeia, a espécie humana seja beneficiária e não vítima das grandes mudanças globais que estão em curso. E que as necessidades das pessoas não podem ser satisfeitas meramente através das forças de mercado ou de uma ação unilateral de determinados países. E para isso a construção europeia, a União Europeia é fundamental.

Uma União Europeia que defenda uma visão de humanidade e um modelo de sociedade apoiada pela grande maioria dos seus cidadãos, os direitos humanos, a solidariedade social, a livre iniciativa, a justa distribuição dos frutos do crescimento económico, o direito a um ambiente protegido, o respeito pela diversidade cultural, linguística e religiosa e uma síntese harmoniosa entre a tradição e o progresso como preciosos patrimónios e valores da construção europeia que o nosso país, desde que participou, sempre se envolveu e que a Região, modestamente, à sua escala, tem também tido um contributo muito superior a essa dimensão.

É o grande desafio da Europa que o PS abraça e é este nosso firme compromisso da sua defesa que o PS também afirma aqui neste momento.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, do Deputado Artur Lima e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas

(Rui Bettencourt): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros, Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar aqui duas notas: uma em relação às questões europeias e uma em relação à diáspora.

Em relação às questões europeias uma nota muito breve para dizer que temos a consciência, numa época onde há muitas incertezas, que quem tem a lucidez de análise, quem tem a firmeza de decisão, quem faz a concertação e quem se une é quem se afirma.

Este princípio é fundamental para nós no que está a acontecer e naquilo que nós temos pela frente, na posição açoriana.

Segunda nota, sobre a nossa diáspora.

Na nossa diáspora reparem que, Portugal, que é um país de diáspora, para cada 100 habitantes no continente português, há 40 habitantes fora do espaço português.

Nos Açores, para cada 100 habitantes no arquipélago, há 400 fora do arquipélago.

Nós somos, portanto, uma diáspora muito forte e é muito importante nós termos em conta também aqui uma união de açorianos face à importância dessa diáspora. E devo aqui realçar, por exemplo, que na próxima semana estará o no Rio Grande do Sul uma delegação açoriana, com parlamentares açorianos, com o Governo Regional, para o encontro mundial da Casa dos Açores.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições? Julgo não haver.

Nós encerramos assim esta parte do debate na generalidade, vamos também por isso interromper agora os nossos trabalhos e regressamos às 17 para as intervenções finais.

Até logo.

Eram 12 horas e 55 minutos.

Presidente: Boa tarde, Srs. Deputados.

Vamos continuar o debate na generalidade dos diplomas do Plano e Orçamento para 2019, com as intervenções finais.

Eram 17 horas e 07 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A democracia constitui a máxima realização civilizacional do homem. Liberta-o da imposição das ideias e das vontades alheias. Liberta-o da milenar lei do mais forte e do tribalismo das emoções e das solidariedades precognitivas.

Só existe democracia nas terras onde todos os homens são livres. Livres de pensar pela sua própria cabeça e de dizerem livremente o que pensam.

A democracia implica alternância no governo. Implica que não governem sempre os mesmos. Implica que as pessoas possam escolher livremente os seus governantes. Implica retirar aos governos todos os meios que permitam a monopolização do poder.

Nos Açores há muito que não se vive uma democracia plena. Nem todos são livres de dizerem o que pensam. Muitos não pensam o que se sentem obrigados a dizer. O “governo do povo, pelo povo e para o povo” foi, nos Açores, raptado pela formidável rede de interesses que gravita em torno do Partido Socialista.

A esperança de vida profissional é muito curta para todos os que se atrevem a discordar. Mais tarde ou mais cedo, a sombra negra do longo braço do poder regional chegará, de uma forma ou de outra, às vidas dos que se atreveram a pensar e a agir como homens e mulheres livres.

Meus senhores!

Um poder assim não merece ser levado a sério. O ridículo é, há muito, a tumba imemorial dos ditadores e dos seus aprendizes. O humor e o riso são a arma barata dos humildes contra os poderosos. O riso sobreviveu ao Dilúvio, à Inquisição e ao Holocausto. Também escapará às terríveis circunstâncias que o regime socialista açoriano impõe ao Povo do Açores.

O Plano e Orçamento para 2019 foi apresentado ao longo destes dias, em forma de monólogo, pelo Governo Socialista. Quase não foi possível fazer perguntas. Quase não foi possível discordar.

A razão é simples. Os documentos orçamentais socialistas não são deste mundo. São uma fantasia. Um conto para crianças. Olhei para eles e lembrei-me do clássico imortal da literatura infantil: “O Feiticeiro de Oz”. É a história da menina que um ciclone transportou para um mundo encantado: a Terra de Oz.

Dorothy, assim se chama a menina, tem como objetivo – que persegue ao longo de toda a história – regressar à sua terra natal, o Kansas. Para alcançar esse desiderato é obrigada a deambular, seguindo a estrada dos ladrilhos amarelos, pelos quatro cantos da terra mágica em que se encontrava. Pelo caminho conhece o Espantalho, o Lenhador de Lata e o Leão Cobarde. Estas três últimas personagens decidem acompanhá-la à Cidade das Esmeraldas, a terra governada pelo poderoso Feiticeiro de Oz.

Os quatro acreditavam que o poderoso Feiticeiro de Oz tinha o poder necessário para concretizar os seus desejos. Um cérebro para o Espantalho, um coração para o Lenhador de Lata, coragem para o Leão Cobarde e o regresso a casa para a Dorothy.

Resumindo muito, descobre-se que o poderoso Feiticeiro de Oz, o governante da Cidade das Esmeraldas, é um embusteiro. Prometeu realizar todos os desejos dos quatro amigos, mas nunca teve intenção de cumprir o prometido. Não tinha poderes para isso.

Apesar de tudo, depois de muitas aventuras com bruxas boas e más, macacos alados e aranhas gigantes, a menina, o Espantalho, o Lenhador de Lata e o Leão Cobarde alcança os seus respetivos objetivos. O Feiticeiro de Oz desaparece da história levado, “para o infinito e mais além”, por um desgovernado balão de ar chamado SATA.

Tal como na história original, o nosso Feiticeiro de Oz vive isolado nas entranhas do Palácio, longe do povo. Não tem o poder que o povo julga que ele tem. A sua “Cidade das Esmeraldas”, tal como a do conto, não é real.

Todos têm, para alterar a realidade, de usar óculos verdes na Cidade das Esmeraldas original. Através dos óculos julgam observar uma cidade deslumbrante, feita de casas de mármore verde e de esmeraldas cintilantes.

Mas, na verdade, tudo era falso. Eram os óculos que alteravam a perceção da realidade. O nosso Feiticeiro de Oz também tem os seus truques mágicos para

alterar a realidade. O Gabinete de Apoio à Comunicação Social, em grande parte recrutado na Lusa, funciona como uma gigantesca lente de propaganda que confunde os menos atentos. É caro, custa meio milhão de euros, mas permite a entrada direta no mundo das notícias falsas e da fantasia.

Para os mais céticos está reservada uma segunda lente de deformação da realidade: o Plano e o Orçamento. Juntos, assemelham-se a uma gigantesca roldana de propaganda governamental, em que nada parece o que é.

E as bruxas más do leste e do oeste? Eu sou, assumo numa visão condescendente, uma espécie de Bruxa Boa do Norte. O conto do “Feiticeiro de Oz” tem bruxas boas, uma ideia inovadora que contraria uma secular ideia feita. Bem... quanto às bruxas más é preciso ter em conta que elas é que eram poderosas. O Feiticeiro de Oz não tinha qualquer poder. Só aparentava ter. É preciso ver que a história foi escrita em 1900, muito antes de surgir a Marvel e a sua legião de seres dotados de superpoderes.

Pensei muito a respeito da identidade das Bruxas Más do Leste e do Oeste. Decidi fundir todo o poder maléfico numa só identidade superpoderosa. Na verdade, não fui eu que decidi. Foi o Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira. Peçam-lhe responsabilidades, uma vez que também lhe pedem Pareceres Jurídicos. Não sou eu que vou chamar bruxa má a ninguém.

Vejo agora que talvez não tenha sido uma ideia muito feliz escrever esta adaptação do “Feiticeiro de Oz”. Tenho de escolher um Espantalho, um Leão Cobarde, um Lenhador de Lata, um Macaco Voador e uma Aranha Gigante. Não é a mesma coisa que entregar uma insígnia autonómica. Presumo que não despertará tanto entusiasmo aos felizes contemplados.

No caso do Lenhador de Lata é fácil. O Secretário da Saúde já teve um sem número de pequenos e grandes acidentes com o seu machado governativo. O latoeiro já teve de remendar e substituir muita coisa. O que interessa é que ainda

está vivo. Falta-lhe um coração, mas a verdade é que tem acesso fácil à tecnologia de reanimação.

O homem do Rock Progressivo, no debate parlamentar que agora termina, é a Aranha Gigante dos nossos dias. A Aranha Gigante foi morta pelo Leão Cobarde porque estava a dormir. É para o deputado aprender a não se deixar embalar com uma música tão melancólica.

Deixem-me dizer, antes de mais nada, que a História provou que o Espantalho era, afinal, muito inteligente. Mas aqui a minha escolha é o outro deputado do meu círculo eleitoral. Afugenta os corvos, os investimentos e todas as medidas de progresso para a nossa terra.

O Leão Cobarde também é uma escolha fácil. Lembrem-se que afinal o Leão Cobarde era corajoso. Escolho o Secretário da Agricultura. É preciso muita coragem para aceitar gerir uma pasta a respeito da qual não percebe coisa alguma. O outro candidato óbvio era o atual Presidente da SATA, outro corajoso.

O Macaco Voador é um velho amigo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Está obrigado a cumprir os desejos do portador do “Gorro Dourado”. Antes foi Carlos César e agora é Vasco Cordeiro. Movimenta-se com rapidez na Terra de Oz de leste a oeste e da extrema-direita para a esquerda governamental. Lembrem-se que é um macaco alado. É sempre sobranceiro em relação aos mais pequenos e humildes. É o líder parlamentar da maioria governamental.

Finalmente, Dorothy representa o bom povo açoriano. Um povo persistente e bondoso. Com uma paciência que dura décadas. No fim mata as bruxas – uma delas com água, apenas porque ela não teve voos disponíveis para se refugiar na ilha do Corvo – e percebe que o Feiticeiro de Oz não é quem aparenta ser. Não

tem poder algum ou mesmo vontade e intenção de melhorar as suas vidas. Tudo não passa de um logro.

Dorothy acaba, finalmente, por conseguir sair da terra dos enganos e ultrapassar todas as dificuldades. Inicia um novo ciclo, de regresso ao mundo da realidade. Aprendeu muito na Terra de Oz e perdeu os sapatos cor de prata. Nada a fará regressar à terra dos truques e da falsa magia dos seus governantes.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Já descrevi, através da alegoria do “Feiticeiro de Oz”, o que penso do Plano e do Orçamento para 2019. Não é credível. É uma espécie de fábula de encantar. As sucessivas execuções, de apenas 70% – quando no tempo de Carlos César atingiam os 95% – mataram a credibilidade da execução orçamental dos governos liderados por Vasco Cordeiro. É um orçamento de propaganda, que não resolverá nenhum problema da sociedade açoriana.

Termino com duas referências finais. A Representação Parlamentar do PPM apresenta 28 propostas de alteração ao Plano e ao Orçamento.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

Destaco duas. A que prevê a recuperação integral do tempo de serviço prestado pelos docentes e a que prevê a integração no quadro da administração regional das pessoas que desempenham trabalho escravo e precário nos programas ocupacionais.

No que diz respeito ao Corvo anuncio que, a partir de janeiro de 2019, as crianças e jovens da ilha passarão, finalmente, a ter acesso a refeições escolares. A situação ainda não é a ideal, mas a partir de 2020, depois da queda do Governo socialista, as condições passarão a ser ótimas.

Estou empenhado numa nova batalha. O Corvo é a única ilha dos Açores que não tem ligações aéreas diárias – só tem três ligações por semana –, isto apesar de ser a ilha que mais cresce em número de passageiros transportados. Mais até,

em termos absolutos, que a Graciosa. Quero, e vou, acabar com mais esta discriminação sem sentido. Açorianos somos todos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passamos agora à próxima intervenção. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A partir da primeira análise que fizemos a esta proposta de Plano e Orçamento Regional resultou desde logo claro para o PCP que estas propostas falhavam no aspeto de traçar políticas de desenvolvimento harmonioso e de coesão regional em diferentes áreas, não dando as adequadas respostas carecendo, pois, de ser melhorada.

Efetivamente várias políticas que sistematicamente veem sendo seguidas em diversas áreas não são políticas que em nossa opinião garantam o progresso e o desenvolvimento da nossa Região.

Julgo que ninguém de bom senso e realmente preocupado com o futuro dos Açores compreenderá como é possível numa Região com uma descontinuidade geográfica como a nossa e, por conseguinte, tão dependente do transporte aéreo que seja tomada uma opção política que consideramos totalmente contrária aos interesses da Região e da privatização de uma empresa tão estruturante para a Região como é a SATA. SATA conduzida até aqui através de uma política de desinvestimento, obrigada a assumir os custos de opções estratégicas de mais que duvidosa viabilidade futura e tudo isto tendente a criar todas as condições para propagandear que a empresa se tornou inviável, impossível de gerir e manter sem a injeção de capitais privados e que apenas resta por isso ao Governo a sua privatização.

É este tipo de políticas que não só condicionam o nosso desenvolvimento imediato como hipotecam o futuro, aliás como já sucedeu no passado.

Mas se as políticas referentes ao transporte aéreo nos preocupam sobremaneira não podemos também deixar de nos preocuparmos com aquilo que se passa a nível dos transportes marítimos e terrestres que carecem não de medidas pontuais mas sim de políticas mais consistentes que efetivamente criem na nossa Região um verdadeiro sistema integrado de transporte que nos dê garantias de futuro de modo a assegurar o nosso desenvolvimento.

Isso conduz-nos naturalmente aos problemas que se colocam hoje de modo muito agudo quanto ao escoamento dos produtos e da produção do setor primário da nossa economia e que olhando para estes documentos não perspetivamos políticas de fundo que o resolvam.

A colocação dos nossos produtos nos mercados exteriores atempadamente é uma questão de suma importância. Neste capítulo não será por demais referir os problemas enfrentados quanto ao transporte e escoamento do pescado, como aliás o temos vindo a referir.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O combate permanente pela alteração das políticas que não contribuam para o progresso e desenvolvimento da nossa Região é tarefa exigida a todos nós e pela parte do PCP não deixaremos de assumir as nossas responsabilidades,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... quer quanto à denúncia das políticas em nosso entender desajustadas e prejudiciais para os Açores e os açorianos, como assumimos como sempre o fizemos a responsabilidade de apresentar e propor as políticas e as medidas que em nosso entender melhor sirvam a Região.

Foi o que fizemos em relação a esta proposta de Plano e Orçamento a qual merecendo a nossa crítica não deixámos de apresentar um vasto conjunto de

propostas de alteração e de afirmar as nossas expectativas que em sede de debate na especialidade a mesma proposta de Plano e Orçamento pudesse vir a ser alterada de modo a contemplar medidas e políticas que desde logo considerávamos e consideramos fundamentais para a recuperação de rendimentos dos trabalhadores e dos açorianos de um modo geral.

Propostas como o aumento da remuneração complementar para 12%, como o aumento do complemento açoriano ao abono de família para 6% têm um imediato e significativo e direto impacto positivo na vida das pessoas que importa realçar.

A consagração da gratuidade dos manuais escolares até ao 12.º ano tem sem dúvida grande importância na redução dos custos que as famílias açorianas têm de suportar com a educação dos seus filhos e educandos, tal como desde sempre temos dito.

Estas são sem dúvida medidas que valorizamos e que consideramos fundamentais e da mais elementar justiça.

Assim, defendemos a coragem de fazer diferente e reafirmamo-lo aqui: o crescimento económico e o combate ao desemprego passam forçosamente por aumentar o rendimento disponível das famílias, por aliviar os sacrifícios sobre os trabalhadores, por aumentar o poder de compra dos açorianos, para que as nossas empresas voltem a vender, a crescer e a contratar.

Questão de grande importância para nós é sem dúvida a de se criarem e garantir todas as condições para um bom funcionamento de serviços públicos em áreas tão essenciais como a Saúde e a Educação.

Sendo conhecidas as grandes necessidades de recursos humanos, bem como as lacunas existentes nessas áreas, o PCP propõe a contratação de 200 assistentes operacionais para aquelas áreas.

Esse é o rumo que defendemos, foi nesse sentido que interviemos neste debate, esse é o sentido das nossas propostas. Assim, destacamos pelo seu alcance e importância, as seguintes propostas do PCP:

- Aumento de 12% da remuneração complementar;
- Atualização para 7,5% do montante do acréscimo regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida;
- Aumento do complemento regional de pensão para 994 euros anuais no primeiro escalão;
- Aumento de 6% do complemento açoriano ao abono de família;
- Recuperação da contagem de todo o tempo de serviço prestado pelos docentes;
- Eliminação das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde;
- Distribuição gratuita dos manuais escolares a todos os alunos do ensino obrigatório;
- Combate à precariedade docente, com a necessidade de vincular, até ao final da legislatura, pelo menos 160 docentes contratados;
- Combate à precariedade laboral nas áreas da Educação e Saúde, com a necessidade de contratar, até ao final da legislatura, pelo menos 200 assistentes operacionais para aquelas áreas;
- Redução da taxa normal do IVA para 16%, dando pleno uso ao diferencial previsto na Lei de Finanças Regionais;
- Defesa da manutenção no setor público da SATA e da Santa Catarina.

Serão sem dúvida importantes contributos para a solução dos problemas que diretamente afetam as populações.

A aprovação destas propostas poderá contribuir decisivamente para que o Orçamento para 2019 contenha aspetos relevantes para a melhoria dos rendimentos e da qualidade de vida dos açorianos que não são de relevar e que naturalmente merecem uma apreciação positiva da nossa parte.

Sendo certo que persistem, tal como o início referi todo um conjunto de políticas com as quais naturalmente continuamos e continuaremos a discordar, não podemos deixar de concordar que neste Plano e Orçamento foram dados passos importantes e que valorizamos no sentido da recuperação de rendimentos e de um modo mais abrangente na melhoria das condições de vida dos açorianos.

Porque assim é, a Representação Parlamentar do PCP com a ressalva dos aspetos que em sede de votação na especialidade tomará diferente posição, irá votar favoravelmente na generalidade esta proposta de Orçamento da Região para 2019.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda tem uma visão objetiva e clara das consequências terrivelmente nefastas que um passado colonial, imposto aos Açores, teve no seu atraso estrutural.

Esse atraso, que apesar dos avanços importantes protagonizados pela Autonomia, que só foi possível com a democracia, repercute-se ainda na nossa vida: na economia, nas estruturas sociais, na educação e em muitas outras áreas. Reconhecemos o peso desse lastro na nossa vida coletiva, mas também defendemos, sem hesitações, que passos mais largos podiam (deviam!) ser dados e que o passado não explica tudo.

Todos os estudos apontam que os Açores são a Região do país onde as desigualdades sociais são maiores.

Quer isto dizer que é na nossa Região que a distribuição de riqueza é mais desigual. Na esmagadora maioria dos índices de desenvolvimento social a nossa Região está invariavelmente no fundo da tabela.

Esta realidade, infelizmente, não é só estatística, ela é reflexo da vida das pessoas.

São estas vidas que encarnam os números das estatísticas. Elas clamam por mudanças, exigem outras práticas e o desbravar de caminhos que alterem o rumo seguido até aqui.

É urgente mudar de política! E mudar de política é, no imediato, pôr fim à política do Partido Socialista que transfere os recursos públicos – cada vez mais – para os mais poderosos. Quem perde é a maioria da população.

Tem sido esta a luta do Bloco de Esquerda. Fazendo jus ao nosso lema de estar sempre com quem trabalha e com os mais desfavorecidos, neste orçamento, não faltamos à chamada!

Apresentamos diversas propostas de alteração ao orçamento para começar a estancar esta transferência de recursos públicos. Mas infelizmente o Partido Socialista e o Governo Regional não aceitam, qualquer proposta central do Bloco de Esquerda.

Deputado Bruno Belo (PSD): A geringonça!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Governo e o PS não querem, por exemplo, que o Tribunal de Contas realize uma auditoria aos contratos das SCUTS para avaliar a sua rentabilidade que é auferida pelo sector financeiro e por grandes empresas.

De que tem medo o Governo Regional?

Concessionar o porto da Praia da Vitória, é um erro económico danoso para os interesses regionais. Ao contrário do Governo defendemos o investimento público e, conseqüentemente, que as mais-valias desse investimento sejam também elas públicas.

Não podemos repetir o erro da privatização da EDA! Só este ano um grupo privado recebeu em dividendos da EDA 7 milhões de euros. Esse dinheiro faz falta e podia ser utilizado em investimento público nas mais diversas áreas.

Privatizar a SATA Internacional é retirar à Região a condução estratégica da empresa e retirar das mãos públicas um poderoso instrumento de intervenção económica.

Mas a cedência à gula dos poderosos não se estende apenas às nossas empresas públicas, ela existe e avança também sobre os serviços públicos.

Como se explica que seja o erário público a financiar estabelecimentos de educação privados que vão concorrer com o sistema público de educação?

Como se explica que, na saúde, esse financiamento ao setor privado seja ainda mais forte e assumido?

E não contente com estas benesses, é o próprio Governo que ainda presenteia estes sectores com generosos benefícios fiscais, depauperando as finanças públicas e cerceando a capacidade de investir no Serviço Regional de Saúde.

Os níveis de investimento do plano na saúde são baixíssimos, medíocres. Mas esse facto tem explicação.

Se o Governo Regional patrocina um Hospital privado que já tem garantido chorudos benefícios fiscais, então não se investe no setor público para criar as condições que permitem a rentabilidade do negócio da saúde privada. O mesmo acontece e da mesma forma com os meios complementares de diagnóstico.

O Bloco de Esquerda apresenta propostas que visam tão só a defesa de serviços públicos para que estes sejam colocados ao serviço dos açorianos e açorianas. Para impedir que os serviços públicos sirvam para alimentar os bolsos dos mais poderosos!

Este conjunto de propostas do Bloco é liminarmente rejeitado pelo Governo e pelo Partido Socialista.

Existem muitas áreas de investimento possíveis nos Açores. Defendemos por muitas e variadas razões, até pela própria geografia, uma política de apoios ao investimento privado.

Mas isso não pode ser feito à custa do investimento público!

Num momento em que a economia vai bem, em que o PIB cresce e os lucros das empresas aumentam; numa altura em que as transferências do Orçamento de Estado sobem e que as finanças regionais estão bem e até são dadas como exemplo, só nos podemos congratular.

O Bloco de Esquerda considera que existem todas as condições para que milhares e milhares de açorianos e açorianas beneficiem também eles do bom momento da economia colhendo os frutos desse tempo e não fiquem, incrédulos e estupefactos, só e apenas com as migalhas.

O facto da esquerda na República condicionar as políticas do governo de António Costa é fator determinante para a melhoria das condições de vida que as famílias e empresas têm sentido.

O aumento do salário mínimo que em quatro anos consecutivos subiu, e que em janeiro terá novo aumento, tem sido uma mais-valia para muitas famílias!

Neste contexto económico, defendemos que o Governo Regional podia e devia dar o seu contributo para a melhoria concreta da vida dos açorianos e açorianas.

Por isso propusemos:

No IRS o alargamento do diferencial fiscal de 30% até ao 4.º escalão; o aumento da remuneração complementar em 10%; o aumento do cheque pequenino em 15 euros por mês para quem tem reformas abaixo do salário mínimo; a gratuidade das creches, para famílias até ao 4.º escalão do IRS, entre outras medidas

Mas todas estas medidas são rejeitadas pelo Partido Socialista.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas do Bloco de Esquerda são claras e exequíveis. Elas apontam um caminho de maior justiça social, retirando um pouco dos privilégios aos que mais têm para distribuir por quem mais precisa, atacando assim as desigualdades sociais.

A precariedade é uma chaga social de enorme dimensão. Milhares de açorianos e açorianas têm as suas vidas suspensas. É uma dura realidade que não é possível mais ignorar!

Este problema é tão evidente que obrigou vários dirigentes do Partido Socialista, ao longo deste ano, a referirem-se várias vezes a ele. Mesmo o próprio Presidente do Governo Regional não pôde deixar de dedicar parte importante do seu discurso do Dia da Região ao flagelo da precariedade.

Mas para além das palavras, nada de concreto foi apresentado.

Uma vez mais o Bloco não falta à chamada na luta contra a precariedade e já apresentou nesta Assembleia uma proposta de adaptação à Região do PREVPAP para combater a precariedade nas escolas, nos hospitais, na RIAC, na Rede Valorizar, onde quer que ela esteja. Em suma, a precariedade nos serviços públicos.

Apresentamos ainda outra proposta que obriga as empresas apoiadas por dinheiros públicos a terem nos seus quadros pelo menos 75% dos trabalhadores com contratos sem termo, sendo esse valor reduzido para 50% no caso das microempresas.

Mas também em sede de orçamento propomos a integração dos professores contratados com mais de 3 anos de serviço. Noutra proposta, desenhamos uma medida que obriga as empresas que concorrem a concursos públicos com preço base acima de 1 milhão a terem nos seus quadros, pelo menos 50% dos trabalhadores com contratos sem termo.

Perante a precariedade e a luta de quem exige estabilidade nas suas vidas, o Partido Socialista vem dar uma resposta no mínimo escandalosa: dar mais dinheiro aos patrões para que estes contratem trabalhadores sem termo.

É o Partido Socialista a mostrar a sua verdadeira face: dar mais dinheiro sempre aos mesmos, numa época em que as empresas estão mais fortes e com maiores lucros.

Apenas o Bloco de Esquerda representa neste Parlamento uma verdadeira política alternativa à do Partido Socialista.

A Direita nos Açores, em particular o PSD, não é mais do que um agente lobista dos poderosos para acelerar e aprofundar a política do PS: entregar ainda mais recursos públicos a que mais tem.

E se dúvidas houvesse, exemplos disso não faltam.

Ainda há dois dias PS e PSD dos Açores, juntamente com PS e PSD na República uniram-se para chumbar a proposta do Bloco de Esquerda, no Orçamento de Estado, para que os açorianos e açorianas na suas viagens para o exterior pagassem no máximo os 134 euros de passagem aérea e para que se evitasse o processo burocrático do reembolso nos CTT.

A marca de água ficou à vista: PS e PSD preferiram a defesa das companhias aéreas à defesa dos açorianos e açorianas e da sua mobilidade.

PS e PSD estão ainda de acordo em privatizar e concessionar setores públicos estratégicos, essenciais para os Açores, como é o caso da SATA, divergindo apenas, aqui e ali em meros pormenores para dar a ideia de que há verdadeiras diferenças entre eles.

O Bloco de Esquerda tem uma política alternativa, ao serviço de quem trabalha.

Por isso votaremos contra estas propostas de Plano e Orçamento.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Finalizamos hoje a discussão do Plano e Orçamento da Região para o ano de 2019.

Defendemos a construção de uma alternativa política que afirme, nesta Assembleia, um novo paradigma de políticas públicas e a construção de uma alternativa política que constitua numa nova esperança para os açorianos.

Temos princípios. Temos valores. Somos um partido doutrinário. Somos democrata-cristãos. Reunimos conservadores e liberais. Estamos à direita nesta Assembleia.

Somos diferentes. Temos outra conceção do poder político democrático.

Para o CDS, a legitimidade democrática não se ganha apenas por se ter mais votos e sermos mais que os outros. A legitimidade democrática é mais do que seguir a maioria. Isso apenas abre as portas da autocracia e compromete a democracia. Os açorianos sabem disso.

Fomos e somos oposição ao bloco central que governa os Açores alternadamente.

No bloco central dos interesses não temos alternativa de políticas, temos apenas a alternância do poder.

Somos por isso a oposição não socialista a esta maioria, como o fomos durante os dias da maioria social-democrata.

Para o CDS a legitimidade democrática ganha-se com a razão e ganha-se com o valor das nossas propostas.

O que nos move é o nosso olhar sobre a nossa realidade. Sobre como estamos e o que precisamos de fazer todos os dias para que a nossa autonomia se construa com base no que está certo, do que tem que ser feito e sobretudo daquilo que é justo.

Acreditamos em políticas públicas que asseguram a sustentabilidade económica. A nossa região precisa de rigor nas contas públicas e racionalidade na aplicação dos nossos recursos financeiros e patrimoniais. Acreditamos no dever de proteção dos direitos fundamentais, da liberdade individual, da iniciativa privada, da mobilidade social e da solidariedade.

Queremos uma Região mais justa e mais solidária.

Afirmamos na educação que é necessário procurar respostas que concretizem a sua universalidade e a sua centralidade no desenvolvimento da região. É por isso que somos favoráveis às justas reivindicações dos professores. Foi por isso que defendemos e fizemos aprovar nesta Casa os manuais escolares gratuitos. **É por isso que queremos mais condições para os estágios pedagógicos.**

É por isso que apresentamos hoje, com orgulho, o Prémio de mérito de 500€ no ingresso dos nossos estudantes no Ensino Superior, como aposta da região no futuro das nossas novas gerações.

Afirmamos a saúde (a saúde!) como um direito fundamental de todos os açorianos e não baixamos os braços enquanto não for acessível a todos. É por isso que a prioridade do CDS, e aquela que deve ser a prioridade de um bom governo, é **reduzir as inaceitáveis listas de espera que há muito sinalizamos e que procuramos combater, com o reforço do VALE SAÚDE, com o reforço do CIRURGE, que queremos combater as listas de espera.** Sabemos o que é preciso fazer. **É também por isso que queremos que os médicos das ilhas sem hospital tenham formação em emergência médica para que os açorianos tenham na saúde a garantia de prontidão.**

Afirmamos a solidariedade como pilar da justiça social. Não nos resignamos à indiferença e olhamos para o lado enquanto os mais desfavorecidos e os mais vulneráveis não têm a resposta que o nosso Estatuto e a nossa Constituição determinam. **É por isso que lutamos pelo reforço do Complemento Especial aos Doentes Oncológicos, é por isso que lutamos pelo alargamento do**

COMPAMID a mais açorianos, é por isso que defendermos o pagamento de propinas a quem não tem recursos e da atribuição dos produtos de apoio aos alunos com necessidades especiais. Há muito para fazer nas respostas sociais e o CDS não prescinde de continuar a corresponder às necessidades daqueles que mais precisam e sobretudo dos nossos doentes. É por isso que defendemos mais medidas de apoio aos doentes deslocados e avançamos com uma importante medida de solidariedade, avançamos com a proposta de instalação de uma residência de acolhimento em São Miguel, como princípio de uma verdadeira rede de resposta regional para doentes deslocados das suas ilhas.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

O Orador: Afirmamos que queremos políticas públicas que perspetivem os desafios da coesão económica e da nossa competitividade como condições essenciais ao nosso progresso e crescimento. É por isso que estudamos o alcance e a eficácia das nossas propostas e **é por isso que defendemos a aquisição dos grupos térmicos que prevejam a capacidade de conversão para gás natural no investimento previsto para a central termoelétrica do Belo Jardim, como forma de garantir o consumo de GNL e que por isso o GNL seja uma realidade no porto da Praia da Vitória.**

Afirmamos a defesa do nosso património natural e do nosso ambiente e é por isso que apresentamos medidas de requalificação da Orla Costeira. É por isso que queremos a proteção e a estabilização da zona costeira da Fajã das Pontas, na ilha de São Jorge.

Afirmamos a defesa da nossa história e da nossa identidade como referência de valores e é por isso que propomos o Centro Interpretativo da Base das

Lajes de forma a promover a importância que os Açores e os Açorianos tiveram, e têm, na história contemporânea da democracia no mundo, no combate contra o totalitarismo, em defesa da democracia e da liberdade.

Sra. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Somos responsáveis pelo que dizemos. Somos responsáveis pelo que fazemos.

Somos por isso uma oposição responsável.

Somos uma oposição que os açorianos reconhecem e podem confiar.

Os Açorianos sabem que somos a oposição (a oposição!) a este Governo, mas sabem que nunca seremos oposição às suas legítimas reivindicações e expectativas.

É por isso que somos a alternativa política.

Os Açorianos sabem que connosco as coisas são diferentes. O CDS tem um modelo de sociedade que não é socialista nem socializante. O CDS é o partido humanista e personalista que marca a diferença na política açoriana.

É por isso que encerramos este debate com a certeza dos contributos que aqui fizemos para a melhoria da qualidade de vida dos açorianos que, se merecerem a aprovação da maioria, terá, como consequência, uma resposta favorável do CDS a este Orçamento e a este Plano.

Fica claro, pelo trabalho aqui desenvolvido, pelos debates que aqui foram travados, de que lado se situa cada um de nós.

Com o CDS a resposta é clara. Estamos do lado dos Açorianos. Estamos do seu lado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O atual grande desafio da Autonomia açoriana é o combate ao elevado nível de pobreza e exclusão social existente nas nossas ilhas.

Hoje, nos Açores, três em cada 10 açorianos sobrevive num patamar considerado de pobreza, valor em muito superior ao conjunto do país que tem uma taxa de risco de pobreza de 19%.

Mais de 7% da população dos Açores socorre-se do Rendimento Social de Inserção para tentar sobreviver. Uma medida social que é apenas para os mais pobres de entre os mais pobres.

Que futuro pode a nossa Autonomia alimentar, quando 40% dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção têm idades inferiores aos 19 anos?

Muitas das nossas crianças e jovens vão para a escola carregados de desigualdades. Carregam consigo o facto de dois em cada três alunos necessitarem de se socorrer do Apoio de Ação Social escolar. Um aumento de 22% em 10 anos.

Muitos dos nossos idosos têm a necessidade de se socorrerem do Complemento Solidário para Idosos para tentarem ter um pouco mais de meios que os ajude a sobreviver. Em 2006, ano em que foi criado o Complemento Social para Idosos, existiam 340 beneficiários. Hoje, são 3.656.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Combater este flagelo é o grande desígnio da nossa Autonomia.

Nas sábias palavras de Jaime Gama, “num contexto destes não seria aconselhável permanecer com a inércia de um modelo que, pela rotina, asfixia as potencialidades do modelo e não responde às exigências do momento”.

Os tempos exigem resultados. Antes que seja tarde demais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Basta olhar para o que se vai passando por esta Europa fora, pelo mundo ocidental, onde a falta de resultados, de igualdade de oportunidades, de justiça social vão abrindo caminho a populismos que nada resolvem, mas que, eficazmente, põem em causa os princípios da democracia.

É no sucesso deste combate contra a Pobreza que está, em grande parte, o sucesso da Autonomia açoriana.

Uma sociedade que se acomoda a ver quase um terço dos seus concidadãos a viver pobremente é uma sociedade adiada. É uma sociedade sem futuro. É uma sociedade que caminha a passos largos para a disfunção, para a instabilidade social, para o repúdio da política, e, pior, ainda, para o repúdio da Autonomia e da própria Democracia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os Açores estão neste patamar não por falta de dinheiro, não por falta de solidariedade europeia e nacional. Os números das transferências e fluxos financeiros do Orçamento da União Europeia e do Orçamento do Estado não deixam ninguém mentir.

O patamar em que nos encontramos, com quase um terço da população dos Açores a viver abaixo do limiar da pobreza, é fruto da incapacidade dos órgãos de governo próprio dos Açores, dos sucessivos governos regionais, alimentados em maiorias absolutas parlamentares.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Orçamento para 2019, que aqui será aprovado pela maioria absoluta do Partido Socialista, é mais do mesmo. Não rompe com as más opções que têm conduzido os Açores a este patamar de pobreza que devia envergonhar qualquer açoriano, independentemente das suas opções político-partidárias.

Este Orçamento, – isto é, as opções aqui plasmadas e o correspondente envelope financeiro que representa 30% de toda a riqueza que se produz anualmente na nossa Região – continua, na sua senda socialista, a não apostar devidamente na Educação, na Saúde, na Habitação, na Formação Profissional, e na criação de emprego estável e de qualidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Onde está neste Orçamento para 2019 a resposta à falta de oferta formativa para os jovens ou para adultos, para fazer face às necessidades do mercado?

Onde está neste Orçamento a resposta que se exige na área da Saúde Mental, a resposta à morosidade e dificuldade no acesso às consultas de especialidade e às cirurgias?

Onde está neste Orçamento a resposta adequada ao flagelo que é o das toxicodependências que vão subjugando muitos dos nossos jovens a vidas sem rumo, sem futuro?

Onde está neste Orçamento a resposta certa ao insucesso escolar, para que se retire a Região da cauda do país? Porque não basta reconhecer que “quanto menor a escolaridade de indivíduo, maior a probabilidade de este ser pobre”. Há que passar das palavras à ação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É uma vergonha para todos nós o facto de termos nos Açores uma taxa de abandono escolar precoce que é mais do dobro da do país.

Onde está neste Orçamento a devida resposta à taxa de desemprego jovem, que é de 32,5%? E a resposta aos 4.300 jovens açorianos que não têm emprego?

Onde está neste Orçamento a resposta aos 70% dos jovens açorianos que vivem em situação de emprego instável e que auferem rendimentos muito baixos?

Este Orçamento que aqui irá ser aprovado continua a não apostar na criação de riqueza para poder distribuí-la, de modo justo, para criar os postos de trabalho para os milhares de jovens açorianos que engrossam as filas do desemprego.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Este Orçamento que irá ser aprovado pela maioria absoluta que sustenta este Governo Regional, não aposta na criação de postos de trabalho para as mulheres açorianas que querem contribuir para o enriquecimento do agregado familiar, retirando, assim, os seus filhos do limiar da pobreza.

Este Orçamento para 2019 não ataca de frente o problema que é, para a sociedade açoriana, o facto de somente 27,5% das açorianas com o primeiro ciclo de escolaridade, e em idade ativa, estarem realmente empregadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O verdadeiro e eficaz combate à pobreza faz-se promovendo o sucesso escolar e a formação profissional, dignificando o papel fundamental dos professores, faz-se na promoção atempada de cuidados de saúde de proximidade, faz-se na criação de riqueza e daí na criação de postos de trabalho. O assistencialismo nunca poderá ser a solução no combate à pobreza. Só poderá servir para apoiar os mais frágeis, sobretudo em tempos mais difíceis.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quando boa parte dos recursos públicos da Região são destinados à sustentação do aparelho burocrático, acaba por não haver dinheiro suficiente para uma Educação de sucesso, uma Saúde para todos, para uma Habitação

condigna, para uma Economia que crie riqueza e os consequentes postos de trabalho estáveis e qualificados.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este ano de 2018 trouxe à luz do dia o assustador estado em que se encontra o Sector Público Empresarial Regional.

Se dúvidas houvesse, ficamos todos a saber que a empresa SATA vive dias muito difíceis. A sua situação financeira é de pura falência. A sua gestão tem sido danosa.

O Governo Regional fez a SATA perder, nos últimos dez anos, duzentos milhões de euros.

Chegou-se, sem o mínimo de pudor, a tentar enganar os açorianos sobre um concurso de privatização de 49% do capital social da SATA Internacional ao qual nenhuma proposta de aquisição de facto chegou a ser apresentada.

Andou-se meses e meses, perdendo passageiros e milhões de euros, a fazer de conta, num puro ilusionismo político que em nada honra os órgãos de governo próprio da nossa Autonomia.

Foi deveras triste, e devia-nos envergonhar a todos, o modo como o Governo lidou com a SATA, uma empresa da maior importância para a economia dos Açores.

O arrojo dos fundadores da SATA e a dedicação dos seus trabalhadores ao longo dos anos, não mereciam este triste desfecho que se exhibe perante os olhos incrédulos dos açorianos.

Está na altura de aprender com as lições do presente e partir para outra perspectiva. É preciso salvar a SATA, salvaguardando o importante papel que ela merece na economia regional.

O PSD está aberto a todas as soluções. E só tem como interesse os interesses dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O nosso objetivo é salvaguardar a sustentabilidade económica e financeira da SATA e, daí, dos seus trabalhadores.

Por isso, propomos a alienação da participação social indireta que a Região detém na SATA Internacional até ao limite que assegure a sua sustentabilidade.

Deputada Mónica Rocha (PS): E é!

O Orador: Por isso, propomos que o Governo Regional promova um estudo que sustente a decisão que vier a tomar, apresentando-o ao Conselho Económico e Social e à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Todos os anos o cenário se repete. A Assembleia Legislativa aprova um Plano e um Orçamento, mas o Governo depois faz o que bem lhe apetece.

Um Orçamento que não enfrenta o grave problema da pobreza na Região não merece, por isso, a nossa concordância.

Votaremos contra os documentos orçamentais, convictos de que estes não melhoram a vida dos Açorianos.

Mas este sentido de voto não desobriga o PSD de apresentar propostas.

Cumprimos a nossa obrigação como partido de alternativa, criticando, mas propondo soluções.

É por isso que iremos apresentar propostas de alteração ao Plano e ao Orçamento, que consideramos fundamentais para melhorar a vida dos Açorianos.

O PSD quer reduzir os impostos, de forma faseada, nos próximos dois anos, para devolver, na verdade, mais poder de compra às famílias e para fortalecer as empresas açorianas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Queremos baixar os impostos, nomeadamente o IVA e o IRC, para colocar mais dinheiro nas mãos dos açorianos. Queremos reduzir a taxa normal do IVA de 18 para 16 por cento em dois anos, bem como repor o diferencial fiscal em sede IRC que existia antes da “troika”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: O PSD quer acabar com a austeridade no preço dos combustíveis, em que os únicos que ganham são o Governo Regional e as petrolíferas.

O Governo Regional não cumpre a legislação criada pelo próprio em 2012 que obriga a que os preços dos combustíveis nos Açores sejam inferiores em pelo menos 10 por cento aos verificados continente.

O PSD tem uma proposta que garante que os açorianos passarão a pagar menos 16 cêntimos na gasolina e menos 9 cêntimos no gasóleo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Já esta semana o PSD, juntamente com outros partidos na Assembleia da República, travou o aumento da taxa máxima do imposto sobre a

gasolina sem chumbo, nos Açores, ao votarem, contra a proposta do Governo da República de agravamento prevista no Orçamento do Estado para 2019.

A proposta de aumento, de 65 para 75 cêntimos por litro, da taxa máxima de imposto sobre a gasolina sem chumbo nos Açores, não vingou graças aos votos contra do PSD, do CDS-PP, do Bloco de Esquerda e do PCP, tendo o PS sido o único partido a defender o aumento da taxa máxima do imposto sobre gasolina sem chumbo nos Açores.

O PSD quer criar um ensino e formação agrícola e agroindustrial de elevada qualidade.

Queremos criar um programa de ensino e formação dirigido aos agricultores, operadores agrícolas e operadores especialistas da agroindústria familiar, com recurso à utilização de elevados níveis técnicos e de tecnologias inovadoras.

Queremos, assim, valorizar os produtos e serviços agrícolas, pecuários e florestais.

Queremos, assim, contribuir para a valorização do meio rural.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o PSD, a Educação tem uma enorme importância na melhoria das sociedades e das economias.

É com a Educação que se realiza, não só a mobilidade social ascendente, mas também se dota a Economia e a administração dos graus adequados de produtividade para que o sistema melhore.

A Educação é estratégica e fundamental.

A Educação é uma das questões centrais de um processo de desenvolvimento.

É por tudo isto que queremos uma Universidade dos Açores, com os seus três campos universitários, robusta, como pilar do desenvolvimento social, económico e cultural da nossa Região.

O PSD quer fazer justiça aos professores dos Açores e à sua justa reivindicação da recuperação integral do tempo de serviço, reconhecendo o seu papel insubstituível no sistema educativo.

Queremos que, ainda no ano de 2019, os professores comecem já a recuperar tempo de serviço.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O PSD quer facilitar a vida dos açorianos que estão há meses e meses à espera de uma consulta de especialidade.

Por isso, propomos um “cheque consulta”, no valor correspondente ao custo da consulta no sector privado, de modo a que os utentes do Serviço Regional de Saúde, cujo ‘Tempo Máximo de Resposta Garantido’ tenha sido ultrapassado, possam livremente optar por ter uma consulta no sector privado.

Queremos que os açorianos deixem de aguardar, por vezes, anos à espera de uma cirurgia nos nossos hospitais.

Por isso, propomos um reforço de verbas no âmbito do Plano de Recuperação de Listas de Espera Cirúrgicas.

O PSD quer um apoio mais consolidado aos pensionistas açorianos que recebem pensões que não são compatíveis com uma vida digna.

O PSD há muito que defende, em conjunto com os representantes dos trabalhadores um aumento justo da Remuneração Complementar dos funcionários da Administração Pública Regional. Até que enfim que o Governo Regional se deu conta da justa reivindicação dos Sindicatos, desde sempre apoiada pelo PSD.

Há milhares de jovens casais açorianos que não conseguem adquirir ou construir a sua moradia, porque têm salários muito baixos.

O PSD quer que estes jovens tenham uma oportunidade de terem uma habitação condigna, apoiando-os no arrendamento de uma moradia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É pena que a maioria absoluta do Partido Socialista não compreenda que o exercício vigilante, eficaz e veemente da oposição é, por via de regra, o melhor e o maior contributo que os partidos políticos na oposição podem dar para a realização do interesse regional.

Estar na oposição e fazer oposição – sem facciosismos nem preconceitos, mas também sem complexos nem contemporizações – é servir o interesse regional e servir o interesse dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quanto mais tempo no poder estiver este Partido Socialista, mais dificilmente aceitará a crítica.

Está, portanto, nas mãos dos açorianos exigirem uma governação transparente.

Está nas mãos dos açorianos exigirem uma Autonomia de resultados.

Está nas mãos dos açorianos exigirem uma Democracia de direito de igualdade de oportunidades.

Nesta Casa da Autonomia, renovamos solenemente o nosso compromisso de, enquanto Partido da Oposição, tudo fazer para que haja transparência na gestão dos dinheiros públicos, para que a Autonomia e os seus órgãos de governo próprio tenham como grande objetivo o bem-estar dos açorianos, a justiça social e o correspondente combate à pobreza e a afirmação da nossa identidade como Povo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

As propostas de Plano e de Orçamento para 2019, que debatemos ao longo dos últimos dias, assinalam a metade da presente legislatura.

Esse facto simbólico e o percurso que empreendemos desde 2016, permitem-nos, com toda a legitimidade, escolher o futuro.

Foi isso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez ao longo deste debate que agora se encerra: participar na definição do futuro da nossa terra, com um empenho sempre novo e um sentido de responsabilidade renovado.

É esse o espírito com que encaramos cada Plano e cada Orçamento, porque achamos que o futuro se constrói pelas mãos dos que não abdicam de se envolver, dos que se comprometem, dos que não desistem de lutar por aquilo em que acreditam, estejam no poder ou na oposição.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por isso, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, estar aqui hoje, não é apenas o cumprir de um ritual regimental ou de um calendário parlamentar.

Estar aqui hoje é um privilégio e uma missão de grande responsabilidade, porquanto nos cumpre decidir, em nome dos Açorianos que nos elegeram como seus representantes, as linhas orientadoras do futuro da nossa Região, com o risco, é verdade, mas também com a esperança que segue sempre os audazes.

Na medida proporcional da dimensão eleitoral de cada um, ninguém nesta casa se deve considerar isento do nobre esforço de, a cada Plano e a cada Orçamento, levar os Açores mais longe.

Um Plano e um Orçamento serão sempre melhores para a Região e para o futuro dos Açorianos, se resultarem de um processo aberto, participado e dinâmico, de diálogo político-partidário, feito de convicções de cada um e da boa-fé, refletindo as várias sensibilidades existentes na sociedade Açoriana.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não parece!

O Orador: Temos tido, ao longo das sucessivas maiorias governativas do PS, bons exemplos deste espírito colaborativo, havendo lugar, a cada ano, à aprovação de propostas de alteração, apresentadas por todos os partidos da oposição.

É por isso que não conseguimos compreender que haja quem prescindia desta nobre tarefa democrática e se diga – precocemente, antes mesmo de qualquer esforço de concertação – farto e descrente, enfasiado por não poder fazer, sozinho e a seu bel-prazer, o seu Plano e o seu Orçamento.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Muito menos compreendemos quando não se trata de um partido de protesto, fechado num mundo próprio de contestação, mas sim de um partido que se define como o maior da oposição e a alternativa à governação do PS.

E muito menos ainda podemos compreender quando não se trata de um partido com uma liderança de décadas, mas sim de um partido que se diz renovado nos seus métodos e propósitos.

Deputado Francisco César (PS): É verdade, sim senhor!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, a rejeição liminar e antecipada do Plano e do Orçamento por parte do PSD, não é coisa nova, é coisa velha dos últimos cinco anos. Não tem nada de novo nem de renovado. Novo e inspirador seria a possibilidade de dialogarmos sem condições em prol das aspirações dos Açorianos! Isso sim seria marcar a diferença!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Apesar disso, e porque a história já demonstrou que a oposição não é toda igual, mantemos convictamente a nossa vontade de colaborar com aqueles que não se furtam à sua missão de participar ativamente no desenvolvimento dos Açores.

- Sem complexos e sem considerações de tática partidária, há na oposição quem nos aponte correções que aperfeiçoam a governação e nos fazem servir melhor os Açorianos;

- Há na oposição quem, de forma construtiva, esclarecida e civicamente responsável, procure legitimamente influenciar o Governo, sem exigir que se desvirtue o seu Programa e as suas propostas eleitoralmente validadas.

É com essa oposição que podemos e devemos trabalhar, como temos feito e como, com certeza, faremos de novo este ano.

Infelizmente, para a construção de uma Região melhor é impossível contar com aqueles que têm como principal objetivo programático, assumido publicamente, derrubar esta maioria, e que usam esse desígnio como razão de ser de tudo o que fazem, dizem ou propõem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há certezas e convicções de que não prescindimos a cada Plano e a cada Orçamento porque são a essência do que somos enquanto partido e decorrem da forma como olhamos o mundo:

- Acreditamos numa sociedade que protege os mais vulneráveis;
- Acreditamos na Educação como meio de promoção da independência pessoal e da mobilidade social;
- Acreditamos no fomento do desenvolvimento económico como instrumento para a felicidade e para a realização humana;
- Acreditamos na gestão da coisa pública como essencial para a redistribuição equitativa da riqueza, de modo a garantirmos a coesão social e territorial.

É esta a nossa matriz. É esta a alma da nossa governação. São estes os pilares da nossa coerência.

Não somos mais de direita ou mais de esquerda consoante a oscilação do pêndulo eleitoral.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nunca hesitamos em mudar ou aperfeiçoar medidas e políticas quando estamos insatisfeitos com os seus resultados, mesmo que as oposições nos critiquem por isso.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Preferimos sempre a crítica a persistirmos no erro ou a cedermos ao imobilismo e à falta de ambição.

Mas também não nos furtamos ao imperativo de cumprirmos com o nosso ideário, sem incoerências de conveniência ou cedências oportunistas.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Outros há que pregam mas não praticam, que clamam mas não fazem, que subjagam a coerência à ânsia de poder.

Que juízo político se pode fazer de um líder partidário que, na oposição exige aumentos dos complementos sociais, mais recursos e mais meios, mas que na

sua autarquia reduz os apoios e dedica apenas 0,8% (e vou repetir: 0,8%!) do total do Orçamento à ação social?

Que legitimidade tem um responsável político para falar do combate à pobreza como uma prioridade dos organismos públicos, quando no plano concelhio, dedica no seu Orçamento à rubrica “mercados e feiras” a mesma verba que reserva para o apoio social?

Que coerência pode ser atribuída a um líder partidário que, dirigindo há seis anos o concelho com a maior percentagem de beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Região, exige que o Governo Regional se responsabilize sozinho pela resolução do problema?

E, a este mesmo propósito, que dizer do facto do município da Ribeira Grande ter prescindido de contribuir com propostas de melhoria, quando foi solicitado a isso, quer para a Estratégia Regional de Combate à Pobreza quer para o subsequente o Plano de Ação?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não está na Assembleia Municipal!

O Orador: Porque é que o que se passa de bom no turismo do concelho é mérito da autarquia enquanto os problemas sociais do concelho são da responsabilidade do Governo Regional?

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Que credibilidade pode merecer uma liderança partidária que, enquanto poder autárquico, não devolve o máximo de IRS aos seus munícipes, aumenta em 10% as taxas cobradas pela Câmara e arrecada, nos seis anos que leva de

gestão, mais 91% de impostos cobrados às famílias – que credibilidade pode ter uma liderança como esta, para exigir ao Governo Regional, que reduza ao máximo o IVA e o IRC, numa Região que já tem os impostos mais baixos do país?

Haja sensibilidade e decoro!

É que, além de não ter qualquer vontade de participar na nobre tarefa de construir o futuro da Região enquanto forem outros a governar, esta liderança do PSD enferma de uma gritante hipocrisia política, plena de contradições e devedora apenas de um único propósito: derrubar, por qualquer via, de qualquer forma, a maioria do voto popular no PS e chegar ao poder.

Com este tipo de oposição – que não é, felizmente, toda a oposição e que é até bem diferente, para pior, de outra oposição – é virtualmente impossível promover um diálogo político construtivo e consequente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Orçamento para 2019 marca a segunda metade da execução do contrato eleitoral que celebrámos com o Povo Açoriano em 2016.

O que foi feito nos dois primeiros anos da atual legislatura demonstra bem que estamos a respeitar o compromisso assumido com os Açorianos e que estamos a fazê-lo com inegáveis resultados positivos, que fazem diferença no dia-a-dia de cada Açoriano, de cada família, de cada empresa.

Na preparação do debate que agora se encerra, o Grupo Parlamentar do PS fez um conjunto de visitas e de reuniões precisamente com o objetivo de constatar no terreno os efeitos da execução dos Planos e Orçamentos que aprovámos nesta legislatura.

Estar no terreno permitiu-nos ouvir o reconhecimento pelo que foi feito, mas também, e principalmente, perceber a relevância do que ainda falta fazer, perante novos desafios, novos contextos e novas ambições.

Visitámos, por exemplo, o mais recente empreendimento de alojamento local de um casal que começou, há quatro anos por recuperar uma antiga casa e que hoje, graças à sua capacidade empreendedora e à dinâmica que a nossa economia regista, gere um negócio de seis estabelecimentos, criando outros tantos postos de trabalho.

Este é um dos muitos exemplos concretos de que se constituem as estatísticas da evolução da economia dos Açores e do emprego desde o início desta legislatura.

Segundo os números mais recentes, o Produto Interno Bruto (PIB) dos Açores ultrapassou pela primeira vez na história os quatro mil milhões de euros, enquanto o número de Açorianos empregados é o mais alto verificado desde 2007.

As medidas e orientações políticas propostas pelo Governo Regional e aprovadas nesta casa, e a sua execução ao longo dos últimos dois anos, também fizeram diferença na área da Saúde.

Estivemos com a equipa de cuidados domiciliários do Centro de Saúde de Ponta Delgada e pudemos constatar o esforço, o empenho e a dedicação de médicos, enfermeiras e assistentes sociais.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Está implementado um serviço de proximidade, com resposta pronta e adequada, que dá tranquilidade e segurança a quem precisa de assistir a familiares ou de receber cuidados de saúde mas não tem condições de mobilidade para os procurar.

Este exemplo concreto de que vos falo serve bem de indicador da evolução positiva que se vem registando também ao nível da Saúde na presente legislatura.

E não falo apenas dos significativos aumentos do número de intervenções cirúrgicas ou de consultas no Serviço Regional de Saúde ao longo da atual legislatura.

Falo sobretudo no facto de termos sido capazes, enquanto sociedade, de reduzir drasticamente a taxa de mortalidade infantil, registando hoje a mais baixa taxa da Europa quando chegámos a ter a mais alta do país.

Falo também do facto de estarmos à beira de concretizar um desígnio de muitos anos, de quase sempre da Autonomia,...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... garantindo a cobertura integral da Região em termos de médicos de família, apesar dos muitos agoiros, da crítica e da descrença com que sempre ouvimos falar deste assunto nesta casa por parte de alguma oposição.

Mas também podemos falar da área da Educação. Estivemos na nova creche de Água de Pau, em S. Miguel, investimento incluído nos Planos e Orçamentos que aprovámos nesta legislatura, e pudemos constatar a diferença que esta nova oferta educativa faz na vida daquela vila.

Notámos desafios que resultam sobretudo da necessidade de conciliar os hábitos sociais da comunidade com as novas exigências escolares, mas também constatámos de forma evidente a satisfação e a esperança com que profissionais e famílias encaram esta nova valência educativa e as possibilidades que ela abre para as crianças daquela comunidade.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Este é um resultado prático das medidas e das decisões políticas validadas nesta Casa, e que nos permitiram, por exemplo, atingir, no âmbito do ProSucesso e antes do tempo previsto, algumas das metas a que nos tínhamos proposto – como ainda recentemente foi destacado pelo Conselho Nacional de Educação.

Por exemplo, na pré-escolarização em que nos faltam décimas para atingir os 95% estipulados pela União Europeia para 2020.

Ou nos casos das taxas de transição e de conclusão do Ensino Básico, em que já ultrapassamos os valores definidos para 2020.

A primeira infância tem sido, aliás, uma prioridade para o Governo do Partido Socialista, o que permitiu que, nos últimos cinco anos, se tenham disponibilizados quase 700 vagas, representando mais de 33% a nível de cobertura considerada desejável pela OCDE.

Se vos dou estes exemplos não é para o aplauso da Câmara ou para fazer passar a ideia de que tudo está bem nos Açores e que o resto se há de ir fazendo, ao sabor do tempo.

O que quero realçar – o que nós queremos realçar – é que temos vindo a realizar um processo de retoma e consolidação do nosso desenvolvimento, com resultados assinaláveis e facilmente documentáveis nesta primeira metade da legislatura.

É por isso que agora nos podemos apresentar a esta Câmara com um conjunto ambicioso, coerente e inovador de propostas para construir, em comunhão de esforços com os Açorianos, uma Região ainda mais próspera, ainda mais justa, ainda mais moderna, ainda mais ambiciosa, ainda mais coesa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Plano e o Orçamento que aqui debatemos têm uma marca de água distintiva: a marca da responsabilidade.

Responsabilidade que só está ao alcance de quem sabe que não é prometendo tudo, a toda a hora, a todos, que se cumpre o desígnio de reforçar o caminho de desenvolvimento e progresso social e económico na Região.

A marca da responsabilidade de quem tem a perfeita consciência – e se sente confortável com isso – da obrigação de explicar aos Açorianos porque, num determinado momento, não é possível avançar com um determinado investimento, fazer uma determinada obra, adotar uma medida, cumprir um determinado compromisso.

Mas, também, a marca da responsabilidade que só está ao alcance daqueles tem um projeto claramente definido, sufragado pela maioria dos Açorianos, para a nossa sociedade, que é vista, não como um conjunto de partes segmentadas, cada qual com o seu interesse específico, mas como uma parceira única e indivisível neste caminho conjunto que percorremos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É também por isso, é eventualmente sobretudo por isso, que este Plano e este Orçamento deixam, a partir da sua aprovação nesta Assembleia, de ser do Governo ou da maioria que o apoia, para serem o Plano e o Orçamento dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E se a responsabilidade é a marca destes documentos, a coesão social e territorial, a consolidação do atual crescimento económico e a solidariedade e apoio social são as traves-mestras que lhe dão corpo e substância.

É preciso que fique claro. Não tinha de ser assim! Esta é uma opção política. A nossa opção política.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A opção política desta maioria e deste Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A opção política de quem sabe que este Plano é um instrumento para aproximar ilhas, que cria as condições para que cada Açoriano se sinta cidadão de pleno direito na ilha e no concelho que escolheu para viver – não para fazer tudo igual em todo o lado, mas para fazer o melhor e o mais adequado em cada sítio.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A opção política, que assumimos claramente como nossa, de quem tem a perfeita consciência do esforço que todos fizemos para recuperar dos tempos desafiantes e de que agora, é tempo de unir esforços para consolidar cada vez mais os evidentes sinais de retoma económica, de criação de melhor emprego, mais estável e de geração de mais riqueza.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: A opção política de quem rejeita, liminarmente, que muitos tenham de ficar para trás para que alguns possam seguir em frente.

De quem tem a certeza que a sociedade açoriana não é, nunca poderá ser, um aglomerado de interesses em competição, em que uns – os mais fortes, mais influentes ou que gritam mais alto – têm direito a evoluir, enquanto os outros – os que não têm representação corporativa, os que não têm dimensão mediática,

os que não se conseguem fazer ouvir – ficam remetidos à inevitabilidade de ficar onde sempre estiveram.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

É uma extraordinária jornada, a da transformação dos Açores para melhor!

Com falhas, é certo. Por vezes, sem ter sido possível assegurar que os benefícios fossem equitativamente repartidos. Por vezes, sem termos sido capazes de fazer tudo o que queríamos no tempo em que queríamos, por vezes pelo caminho mais difícil.

Mas que privilégio e que honra ser parte integrante, ativa, empenhada, envolvida neste processo de ajudar ao desenvolvimento destas ilhas e dos nossos concidadãos.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: É por isso que não nos conformamos a cada conquista, a cada dado positivo, a cada avanço, e que não nos conformamos também a cada revés, a cada retrocesso, a cada má notícia.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: É também por isso que não podemos aceitar que haja quem continue a pensar que a conquista do poder será tanto mais fácil quanto pior estiverem os Açores.

Os que assim pensam, incomodam-se a cada boa notícia, a cada conquista do povo Açoriano, a cada avanço que fazemos, ao mesmo tempo que se entusiasmam com cada retrocesso ou com cada dificuldade.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Foi sempre assim durante os anos exigentes da crise que nos atingiu, em que nunca esta Assembleia conseguiu encontrar no PSD um aliado interessado em contribuir para se ultrapassar estes desafios.

Todos os sinais indiciam, infelizmente, que será assim daqui para a frente e talvez cada vez mais.

Esta estratégia tem, porém, um grande risco, se me permitem dizer: a possibilidade de os Açores melhorarem.

É porque é precisamente isto que está a acontecer, e quando os Açores melhoram, esta estratégia faz com que o PSD/Açores fique órfão de propostas, vazio de ideias, e dependente de interesses de terceiros para definir o que pensa sobre o futuro da Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Lastimando que assim seja, acreditamos, porém, que outros há com quem poderemos contar para prosseguir o desafio de conquistar o futuro em benefício dos Açores.

“Que seria dos homens” – escreveu um dia Antero – “se, acima dos ímpetos da paixão e dos desvarios da inteligência, não existisse essa região serena da concórdia na boa fé e na tolerância recíproca! Uma região onde os pensamentos mais hostis, se podem encontrar, estendendo-se lealmente a mão”.

Nós, hoje nesta casa maior da autonomia reafirmamo-nos dessa região,

- da região que enfrentou mil tempestades e se reergueu mil e uma vezes;
- da região que depois de ter conquistado o que os outros queriam que fosse suficiente, conquistou ainda mais;

Deputada Mónica Rocha (*PS*): Muito bem!

- O Orador:**
- da região dos que são daqui;
 - dos que escolheram ser daqui;

- dos que voltaram e voltam sempre aqui;
- da região dos que conquistaram o direito a serem fazedores do seu próprio destino;
- da região dos que lutaram pela dignidade de se poderem dizer um povo;

Somos desta Região e queremos que ela seja o melhor que conseguir para ser o que os Açorianos sonharam que ela fosse!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

A concluir estes três dias de debates sobre o Plano de Investimentos e o Orçamento da Região para 2019, subo a esta tribuna em nome do Futuro, pelos Açores e pelos Açorianos.

É esta a postura com que o Governo aqui se apresenta.

É esta a razão pela qual aqui estamos.

E, tendo em conta tudo aquilo que foi dito ao longo destes três dias, parece-me verdadeiramente importante esclarecer, desde logo perante as Açorianas e os Açorianos que nos ouvem, do que falamos quando falamos dos Açores, dos Açorianos e do Futuro.

No fundo, que Açores aqui nos trazem e por que Açorianos aqui estamos.

Ao longo destes debates, alguma Oposição tentou, de forma desastrada e sem sucesso, caracterizar o Governo como estando ausente, desligado da realidade e iludido pelos indicadores.

Nada mais errado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nada mais falso.

Desde o momento da elaboração destes documentos, participada e democrática, até à sua apresentação e debate neste Parlamento, frontal e transparente – não esquecendo aquela que é a nossa ação quotidiana –, o Governo sabe e conhece bem – porque está onde estão os Açorianos – a realidade de todas as nossas ilhas e os desafios que os Açorianos enfrentam e querem ultrapassar em cada uma das nossas comunidades.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo está onde estão os Açorianos e comunga das suas alegrias, das suas vitórias, das suas angústias e dos seus desafios.

Será que não é compreensível que o Governo se alegre com a alegria dos mais de 4.600 Açorianos que, só nos últimos dois anos, conseguiram emprego, em resultado, também, das políticas que o Governo concebeu e concretizou?

Por que razão o Governo não há de também estar satisfeito com os milhares de Açorianos que conseguiram mais cuidados de saúde e mais rapidamente, fruto, também, das medidas que o Governo concebeu e concretizou e que tiveram como resultado que, só em 2017, haja mais de 20 mil consultas e quase mais oito mil cirurgias?

Será que não é compreensível que o Governo dos Açores fique também mais tranquilo com a tranquilidade de cada vez mais pais e mães açorianos que vão trabalhar sabendo que os seus filhos estão numa creche ou num jardim de infância, uma vez que, também em resultado do trabalho do Governo, o número de vagas em creches, só nos últimos seis anos, cresceu 700 vagas?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Por que razão é o Governo tão criticado por alguma Oposição quando fica satisfeito por ver a satisfação dos nossos idosos, a satisfação das nossas crianças ou a satisfação da nossa juventude por ter cada vez melhores condições nas estruturas a elas destinadas, fruto também do apoio financeiro do Governo dos Açores, que cresceu mais de 12%, para mais de 60 milhões de euros?

Será que não é compreensível que o nosso Governo fique orgulhoso com o orgulho dos nossos empresários, dos nossos agricultores e dos nossos pescadores quando esses setores, em resultado também das políticas que o nosso Governo concebeu e concretizou, batem recordes, ganham prémios ou aumentam o seu rendimento?

Eu acho que é compreensível e legítimo que o Governo assim se sinta, e, tenho também a nítida impressão que, há milhares e milhares de Açorianos, por todas e cada uma das nossas ilhas, que assim também pensam.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, por muito orgulho, por muita alegria e por muita satisfação que sintamos pelo que já foi feito e pelo que já alcançámos, não foi esta a razão, repito, não foi esta a razão, pela qual fizemos este Plano e este Orçamento e não é esta a razão pela qual pedimos o voto favorável deste Parlamento para esses documentos.

A razão pela qual aqui estamos, os Açores e os Açorianos que aqui nos trazem, são os que ainda procuram emprego, os que estão desempregados há, por

exemplo, mais de 12 meses, ou os jovens que procuram o seu primeiro emprego.

Os Açores e os Açorianos que aqui nos trazem são os que ainda esperam uma consulta médica, uma cirurgia ou a atribuição de um médico de família.

Os Açores e os Açorianos que aqui nos trazem, a razão pela qual aqui estamos, é a do Açoriano que quer uma melhor Educação para melhor qualificar-se, como cidadão e como profissional.

Os Açores e os Açorianos que aqui nos trazem, a razão pela qual o Governo aqui está, é o Açoriano, empresário, agricultor, pescador, que quer melhorar a sua competitividade e o seu rendimento e que, para isso, precisa de mão-de-obra qualificada, de melhores caminhos, água e luz nas explorações, ou de um bom modelo de gestão de pescarias e de boas infraestruturas de apoio à pesca.

Os Açores e os Açorianos que aqui nos trazem são os Açores do inconformismo,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... da ambição, da exigência, da superação, da inovação e da determinação.

Açorianas e Açorianos:

O Governo está aqui, não pelo muito que já foi feito, mas pelo muito que há ainda para fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E o sentido de invocarmos ou falarmos no muito que já foi feito, se prova alguma coisa, não é que não sabemos o que falta fazer, mas sim que somos capazes de fazer o que falta fazer,...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... de obter resultados, de vencer os desafios com que os Açores e os Açorianos estão confrontados.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

E também a forma como se encara esse muito que há ainda para fazer, acentua algumas diferenças que julgo importante salientar neste momento.

Alguma Oposição entrou neste debate quase que montada nos '4 Cavaleiros do Apocalipse'.

Para essa Oposição, velha, amargurada, irritadiça, na qual se destaca o PSD, os Açores estão pior do que alguma vez estiveram.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Não há evolução que os satisfaça, não há conquista dos Açorianos que os alegre, não há um indicador positivo dos Açores que os anime.

Tudo é negro.

Tudo é azedume.

Tudo é negativo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Se este é o novo velho PSD, ou se este é o velho novo PSD, de pouco releva neste âmbito.

Mas o que resulta claro e inequívoco é que teremos, dessa parte, mais do mesmo, só que ainda pior um bocadinho.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Talvez as Açorianas e os Açorianos que nos acompanham através da nossa televisão, pensem:

“Mas não é isso que significa ser Oposição?”

Acho que não!

Ser Oposição não é isso, e o facto é que há também partidos da Oposição, aqui no Parlamento dos Açores, que provaram nestes debates, com uma abordagem construtiva sem ser submissa, dialogante sem cedência de princípios, e firme sem ser insensível, que ser Oposição não é isso.

Enquanto o PSD amuou, sentado na beira da estrada a queixar-se de tudo e de todos, a criticar tudo e todos, umas vezes porque o caminho que os Açores têm à sua frente é muito a subir, outras vezes porque o caminho é muito a descer, os Açores não ficaram parados.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Os Açores não ficaram parados, nem ficou o Governo.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Ao longo dos últimos tempos, o Governo empenhou-se em trabalhar com quem connosco quis trabalhar, em construir com quem connosco quis construir,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... em melhorar o seu próprio Plano e Orçamento com quem connosco quis melhorar esses documentos.

Saúdo, por isso, o CDS/PP e o PCP pela disponibilidade e pelo trabalho que colocaram nesse esforço conjunto e agradeço, em nome do Governo, mesmo

naquelas propostas que, porventura, levantaram mais dificuldades, o seu empenho em termos ainda melhores respostas para as Açorianas e para os Açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esse trabalho conjunto traz grande importância política a um momento que demonstrou existirem nos Açores partidos políticos que, pese embora as diferenças de perspetivas e de entendimento, estão abertos, estão disponíveis para um diálogo democrático, construtivo e civilizado a bem dos Açores e a bem dos Açorianos.

E é assim que, entre alguma Oposição isolada na recusa ao diálogo e à concertação, anunciando que, sem ouvir qualquer argumento, nem escutar qualquer razão, votava contra, em qualquer circunstância e em qualquer cenário, e uma Oposição que tentou melhorar ainda mais os documentos que o Governo apresentou com responsabilidade, com critério e com justiça, que este Parlamento se prepara para votar o Plano e Orçamento para 2019.

E é pela conjugação dessas duas circunstâncias – propostas que melhoram a vida dos Açorianos e propostas que são apresentadas com sentido de responsabilidade, com critério e com justiça – que estou pronto a assumir, perante este Parlamento e perante as Açorianas e os Açorianos que nos ouvem, que, após a votação por este Parlamento, na sequência da proposta de alteração apresentada pelo CDS/PP, o Governo vai alargar o número de beneficiários do Complemento para Aquisição de Medicamentos por Idosos, COMPAMID, fazendo com que mais Açorianos possam beneficiar dessa medida que, é justo também dizê-lo, tem a autoria desse partido.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Também por essas circunstâncias, e por proposta do CDS/PP, o Governo está pronto a assumir aqui, perante este Parlamento e perante as Açorianas e os Açorianos, que vai concretizar o reforço do Complemento Especial ao Doente Oncológico, reforçando o apoio àqueles que já estão numa situação de grande angústia e de grande fragilidade.

Também por estas mesmas razões, na sequência da proposta apresentada pelo CDS/PP, estamos prontos a trabalhar para o surgimento da Residência de Apoio ao Doente Deslocado em Ponta Delgada,...

Deputados Artur Lima e Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... dando início a um processo de alargamento às outras ilhas, nomeadamente Terceira e Faial, de uma estrutura de apoio aos Açorianos que, por razões de saúde, têm que se deslocar a qualquer uma dessas ilhas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É por isso, igualmente, que, após a votação por este Parlamento, o Governo dos Açores, na sequência da proposta conjunta do PS e do CDS/PP que reforça os montantes do programa Vale Saúde, vai criar as condições para garantir mais celeridade na resposta a quem necessita de cuidados de saúde e, de igual modo, na sequência da proposta apresentada pelo CDS/PP, de aumento das dotações do programa CIRURGE, o Governo dos Açores vai criar os mecanismos necessários para um reforço substancial da capacidade de resposta a quem precisa de cirurgia e, desde logo, esteja há mais de dois anos em lista de espera, sobretudo nas áreas das próteses de joelho e anca.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Também por proposta do CDS/PP, o Governo dos Açores está pronto, após a votação a realizar por este Parlamento, a concretizar a proposta de criação do Prémio de Mérito ao Ingresso no Ensino Superior.

Esta é uma proposta que, simultaneamente, constitui um incentivo e uma ajuda para os encargos que essa circunstância acarreta para as famílias açorianas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É por isso, também, que, após a votação por este Parlamento, e na sequência da proposta de alteração ao Orçamento apresentada pelo PCP, o Governo dos Açores vai aumentar a remuneração complementar dos funcionários públicos açorianos em 12%,...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... reforçando, também por essa via, o rendimento das famílias.

Também por proposta do PCP, o Governo dos Açores compromete-se, perante este Parlamento e perante as Açorinas e os Açorianos, uma vez aprovada esta propostas, a reforçar em 2019 o Complemento Açoriano do Abono de Família em 6%, permitindo, dessa forma o apoio reforçado às famílias açorianas, sobretudo àquelas que estão numa situação de maior fragilidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É também por estas circunstâncias que, no seguimento de uma política de reforço dos meios da administração regional, e também na sequência da proposta apresentada pelo PCP, o Governo dos Açores, após a aprovação por este Parlamento, compromete-se à contratação de mais 200 assistentes operacionais para as áreas da Educação e Saúde, ao longo dos próximos dois anos, reforçando, dessa forma, ainda mais as condições para um melhor serviço aos Açorianos nessas áreas fundamentais da nossa vida coletiva.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Estes são alguns dos resultados em benefício dos Açorianos que resultam do diálogo, da concertação, da responsabilidade na abordagem às prioridades estabelecidas no Plano e Orçamento regionais para 2019.

Estamos, assim, perante um processo aberto e transparente que foi mais além do que apenas os formais procedimentos parlamentares, numa auscultação que realizamos, não porque a isso fôssemos obrigados pela aritmética parlamentar, mas porque estamos convictos que, desta forma, apresentamos, com as propostas do CDS/PP, com as propostas do PCP, um ainda melhor Plano de investimentos e um ainda melhor Orçamento para servir as açorianas e para servir os açorianos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Há pouco, disse-vos que os Açores e os Açorianos que aqui nos trazem são os dos desafios que estão à nossa frente e que queremos vencer.

Falei-vos da criação de Emprego.

Vamos então a isso!

Um dos desafios que consideramos estratégico tem a ver com o combate ao desemprego de longa duração.

Para além de um conjunto de outras medidas que temos em marcha, gostaria de anunciar que, em 2019, vamos pôr em funcionamento um programa denominado IncluEmprego, para contratação, pelas empresas, de desempregados de longa duração, inscritos há mais de 12 meses, com idade igual ou superior a 30 anos, criando, para isso, a regra de que esses contratos têm de ser, pelo menos, de dois anos e que o apoio financeiro a atribuir está diretamente dependente do número de postos de trabalho que criem.

Os destinatários dessa medida são todos os inscritos nas Agências de Emprego da Região, que tenham mais de um ano de inscrição.

Na presente data, estamos a falar de cerca de 2.700 Açorianos nessa situação.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas as centenas de entusiasmantes histórias que Açorianas e Açorianos têm partilhado connosco da forma como, recorrendo aos mecanismos existentes, conseguiram criar o seu próprio emprego, leva a que, no próximo ano, vamos pôr em funcionamento um programa especificamente destinado à criação do próprio emprego, denominado 'Meu Emprego', e que visa promover

a instalação, por conta própria, de Açorianos que estejam desempregados há mais de 12 e 24 meses e com idade igual ou superior a 18 anos e que já não auferem qualquer tipo de subsídio de desemprego.

Neste caso, esse Açoriano pode receber um apoio não reembolsável que pode ascender a um máximo de 36 vezes o Salário Mínimo Regional.

Na presente data estamos a falar de um universo global de potenciais candidatos de cerca de 2.600 Açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não nos esqueçamos, contudo, que o principal motor de criação de emprego é a economia privada e isso só se consegue com empresas fortes, com capacidade exportadora e criadora de valor.

Assim, exatamente por isso, vamos pôr em funcionamento em 2019 a iniciativa EXPORTAR AÇORES, a qual terá uma relação privilegiada com outra medida do Governo que se revelou de grande sucesso, e que é a Marca Açores.

No caso da EXPORTAR AÇORES, trata-se de uma iniciativa de apoio aos empresários açorianos e que vai ao encontro das necessidades atuais do mercado global, nomeadamente incentivando projetos de comercialização e marketing dos seus produtos e serviços, de desmaterialização da relação com clientes, desenvolvimento e implementação de planos de exportação e internacionalização, incluindo ainda apoios no âmbito da capacitação para a exportação e de consultadoria.

Na Educação, a par dos resultados que o ProSucesso já começa a produzir, estamos a concluir um parque escolar que preparará a Região para as próximas décadas, em resultado de um investimento global de mais de 160 milhões de

euros efetuado desde 2012 e que culminará com as novas escolas das Capelas, de Rabo de Peixe e dos Arrifes, garantindo todas as condições físicas aos nossos estudantes para efetuarem, com sucesso, o seu percurso académico.

Para além disso, posso anunciar que, no início do próximo ano, o Governo colocará a consulta pública o projeto 'Ler Açores',...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... o qual tem na sua base o reconhecimento de que as competências da leitura são um instrumento essencial para o sucesso individual e coletivo e, bem assim, para o exercício de uma cidadania ativa e responsável.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é uma medida que pretendemos que seja concretizada numa ação concertada entre bibliotecas públicas regionais, bibliotecas municipais, museus regionais e de ilha, Casas do Povo, entre outras entidades.

Nesse âmbito, gostaria também de partilhar convosco uma medida que vai ser concretizada em 2019 e que é dirigida especificamente à Universidade dos Açores.

Ao longo dos anos, o Governo dos Açores tem apoiado a nossa Universidade em inúmeros aspetos e de inúmeras formas, num reconhecimento claro e inequívoco da importância desta instituição para a nossa Região.

A continuidade do desenvolvimento das Ciências do Mar na Região, que o Governo dos Açores considera de grande importância estratégica, sabemos-lo, depende de vários fatores, mas, fundamentalmente, depende de recursos humanos qualificados.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Assim, o Governo dos Açores irá disponibilizar um apoio público superior a dois milhões de euros, a que a Universidade dos Açores se pode candidatar, para contratar cerca de 10 docentes ou investigadores para os próximos três anos, de modo a fortalecer o polo universitário da ilha do Faial.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esta possibilidade, que será conciliada com a Universidade dos Açores, reflete mais uma vez a importância que o Governo atribui às Ciências do Mar, mas também a importância que o Governo atribui ao emprego científico e ao necessário reforço e sustentabilidade futura do Departamento de Oceanografia e Pescas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Um dos vetores essenciais da nossa estratégia de desenvolvimento passa pela sustentabilidade.

Sustentabilidade económica, sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental.

Os objetivos de sustentabilidade enunciados no Programa do XII Governo dos Açores, o valor patrimonial e a sensibilidade dos ecossistemas das áreas protegidas, exigem uma monitorização permanente e um controlo efetivo das principais ameaças.

A proposta de Plano de Investimentos para 2019 prevê o maior investimento de sempre nas áreas da conservação da natureza e da promoção do nosso património natural, concretamente cerca de 14 milhões de euros, com destaque para o início do projeto integrado LIFE Azores Natura, que representará um investimento direto de cerca de 19,1 milhões de euros em áreas da Rede Natura 2000, terrestres e marinhas, de todas as ilhas, ao longo dos próximos nove anos,

constituindo, dessa forma, o maior projeto de conservação alguma vez concebido para os Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

O Orador: Especificamente no que respeita ao Mar, os Açores são uma das maiores regiões da Europa e temos por isso uma enorme responsabilidade na utilização responsável e sustentável dos recursos que ocorrem neste vasto território marítimo, bem como na conservação e proteção da biodiversidade e dos ecossistemas únicos que possuímos.

A pressão crescente dos usos sobre os oceanos, a eminência dos efeitos imprevisíveis das alterações climáticas, o problema da poluição marinha, são matérias a que este Governo está atento e que nos preocupam.

Por outro lado, o reconhecimento da transversalidade do mar na nossa economia...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e o percurso que temos realizado ao nível do turismo de natureza e destino sustentável, exige-nos novas medidas que reforcem os fatores de sustentabilidade dos nossos recursos, mas que também reforcem a nossa imagem e a nossa responsabilidade no mundo.

Neste sentido, estamos a rever e a elaborar os planos de gestão das nossas Áreas Marinhas Protegidas.

Mas queremos ir mais além e, por isso, posso anunciar que iremos iniciar o processo de alargamento das atuais áreas marinhas protegidas dos Açores, suportado no conhecimento científico e em diálogo com a sociedade, com o objetivo de atingirmos 15% de áreas protegidas no mar dos Açores nos próximos três anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Deste modo, os Açores, não só assumem com responsabilidade o seu contributo para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em particular o Objetivo 14, referente à sustentabilidade dos oceanos, como também dão um importante contributo para Estratégia da União Europeia para Biodiversidade 2020, entre outras agendas internacionais.

Para além dos benefícios económicos de longo/médio prazo que esta medida terá para as várias atividades ligadas ao mar, incluindo as pescas, os Açores passam a ser uma das poucas regiões do mundo com áreas marinhas protegidas de dimensão considerável e que corajosa, que responsavelmente, contribuem para a preservação dos oceanos de uma forma significativa e comprometida com o bem-estar e direitos das gerações vindouras.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Uma referência, a concluir, à nossa Agricultura e ao desafio que, também aqui, queremos vencer, de termos um setor renovado, competitivo e propiciador de rendimento.

Nos Açores, os ativos humanos do setor agrícola apresentam uma média de idades inferior à média nacional e à média europeia.

De facto, a média de idades na Região é inferior a 55 anos, enquanto a nível nacional é de 65 anos, situação que importa reforçar e que importa manter.

Mas queremos ir mais além e, assim, independentemente de já existirem incentivos para o efeito, é de grande importância intensificar esforços para encorajar a renovação geracional neste setor.

O programa, que vamos lançar, 'Jovem Agricultor' e o anúncio que agora faço do 'Apoio à Cessação da Atividade Agrícola' são duas medidas que contribuirão para alcançarmos este objetivo.

O primeiro assegurará condições para um acesso e instalação mais fáceis dos jovens no setor, tornando-o mais atrativo para eles.

O segundo, criando condições para uma retirada condigna do setor dos agricultores com idade mais avançada, disponibilizará um recurso essencial aos jovens agricultores que pretendem instalar-se pela primeira vez.

Por forma a tornar esta medida mais atrativa, será considerada uma redução na idade dos 60 para os 58 anos, em relação ao atual regime.

Outra das grandes mudanças está relacionada com o reforço na capacidade de emparcelamento e, ainda, uma maior facilidade de transferência de áreas provenientes da agropecuária para os setores da diversificação.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Nos Açores existem cerca de 1.300 agricultores a título principal, com idade igual ou superior a 58 anos, que desenvolvem a sua atividade no ramo agropecuário e que, por isso, reúnem as condições para se candidatar a esta medida.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Uma das matérias que tem suscitado a atenção de diversos atores políticos e setoriais e que o Governo tem seguido de forma particularmente atenta é a

questão relativa ao descongelamento das carreiras dos professores e a recuperação do tempo de serviço congelado.

Desde 21 de novembro do ano passado que a posição do Governo dos Açores tem sido particularmente clara e transparente.

O que tornei público, na sequência de um encontro com cada uma das estruturas representativas dos professores foi, e cito:

“Nestas reuniões, aquilo que transmiti de forma clara, a ambos os sindicatos foi o seguinte: em relação à questão dos descongelamentos, o Governo assume, totalmente e sem reservas, a solução que for consagrada a nível nacional.

Também assume, totalmente e sem reservas, o compromisso de aplicar na Região a contagem de tempo de serviço que for definida a nível nacional. E aqui interessa fazer uma precisão: a nível nacional há nove anos para recuperar, na Região, há sete anos para recuperar.”

E disse mais!

“Nós entendemos que esta diferença de tempo não é motivo para atrasarmos o que quer que seja aqui na Região. Ou seja, o fato de termos menos tempo para recuperar nos Açores não é razão para que se siga um processo mais demorado aqui na nossa Região”.

Fim de citação.

Relativamente a este aspeto, convém também referir que o Governo dos Açores prevê, neste ano 2018, que progridam na carreira mais de 1.700 professores açorianos, estimando um valor envolvido de 1,8 milhões de euros.

Como referi há pouco, temos acompanhado, com reserva, mas também com muita atenção e de forma muito minuciosa e cuidadosa, todo o procedimento relativo à negociação que ocorreu na República, os seus passos, as posições em análise, bem como, como não poderia deixar de ser, os seus resultados.

Assim, em relação à proposta de Decreto Lei do Governo da República que veio para parecer ao Governo dos Açores, emitimos o seguinte parecer e cito:

“Sobre a matéria em apreço, o Governo dos Açores tem o entendimento que a Região tem competências estatutárias e constitucionalmente consagradas, cujo exercício o mesmo pretende impulsionar, uma vez definida a solução ao nível da República.”

Fim de citação.

Depois da emissão deste parecer, assistimos, no âmbito da votação do Orçamento de Estado para 2019, à formação de uma maioria negativa que, ajuizar pelos resultados, tem vontade de destruir a solução existente, mas já não tem vontade de construir uma solução alternativa que responda àquilo que está em causa.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esta é uma situação que constitui o pior cenário possível: o de se formar uma maioria negativa da Oposição na Assembleia da República que não faz, nem deixa fazer, ameaçando, entre o chumbo de propostas e avocação de diplomas, atrasar, injusta e injustificadamente, uma solução para este assunto.

Ora, se eu, como Presidente do Governo, considero haver utilidade e ser importante uma articulação e devida ponderação entre uma solução nacional para este assunto e uma solução açoriana, já não posso aceitar que os professores dos Açores sejam arrastados para um pântano de indefinição e de omissão, apenas porque a maioria negativa que sobre este assunto se formou na Assembleia da República contra o Governo da República, sabe o que não quer, mas não sabe o que quer.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nos Açores, o Governo dispõe de um apoio maioritário neste Parlamento e, inerente a esse apoio maioritário neste Parlamento, está a garantia dos valores, que reputo de essenciais, da estabilidade, da governabilidade e da segurança.

Há, assim, fruto do apoio maioritário de que o Governo Regional dispõe no Parlamento dos Açores, todas as condições para garantir, nesta questão da recuperação do tempo de serviço uma solução segura, estável e conforme as nossas possibilidades e os nossos recursos.

Assim, quero tornar público que dei já orientações aos Senhores Membros do Governo com as áreas da Administração Pública e da Educação para que seja aberto um processo negocial regional com as estruturas representativas dos professores com o objetivo de definir um modelo de contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira dos professores açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Dei também orientações para que a proposta do Governo Regional sobre esta matéria, contenha os seguintes elementos:

- A recuperação do tempo de serviço prestado em funções docentes deve ser integral e, portanto, sendo inferior ao tempo que há que recuperar no resto do País, deve abranger a totalidade dos sete anos que estão em causa;

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: • Essa recuperação deve ser concretizada de forma faseada e constante, em seis anos, sem qualquer condicionante ou restrição orçamental,...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... ao contrário do que vigora, por exemplo, na Região Autónoma da Madeira, ou do que consta em algumas propostas que já aqui foram apresentadas neste Parlamento, nomeadamente a proposta do PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: • A recuperação do tempo de serviço dos docentes açorianos deve iniciar-se a 1 de setembro de 2019.

• O ritmo da recuperação de tempo de serviço dos docentes dos Açores, de acordo com a nossa proposta, poderá ainda ser antecipado em função do número de docentes que se aposentem no ano anterior.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Da parte do Governo, as Açorianas e os Açorianos, sabem bem qual é o nosso rumo, qual é o caminho que seguimos.

Focados no trabalho que temos pela frente, em nome do Presente e do Futuro dos Açores e dos Açorianos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Com a consciência da nossa missão, com a responsabilidade da nossa função e com a humildade de sabermos, muito bem, aqueles perante quem respondemos.

O Governo está pronto.

Vamos a isso!

P'rá frente é que é caminho!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Encerrámos o debate na generalidade. Regressamos amanhã às 10h00 para as votações.

Uma boa noite a todos.

Eram 19 horas e 12 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Deputado que faltou à sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

(*) Texto não revisto pelo Orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco